

30 ANOS

Instituto de Seguros de Portugal



O Instituto de Seguros de Portugal tem por missão assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e dos fundos de pensões em Portugal, por forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguros, pessoas seguras, participantes e beneficiários.

O Instituto de Seguros de Portugal (ISP) é a autoridade nacional responsável pela regulação e supervisão, da atividade seguradora, resseguradora, de fundos de pensões e da mediação de seguros.

O ISP é uma autoridade pública independente, dotada de autonomia administrativa e financeira, financiada através de uma taxa cobrada aos operadores supervisionados.

São órgãos do ISP o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização.

O Conselho Diretivo do ISP é composto por um presidente, por um vice-presidente e por um Vogal, nomeados por Resolução de Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, renovável uma vez por igual período, de entre pessoas com reconhecida idoneidade, independência e competência.

MISSÃO E VALORES

No âmbito da sua missão, o ISP rege-se por um conjunto de valores que orientam a definição e implementação das suas estratégias e políticas, nomeadamente:

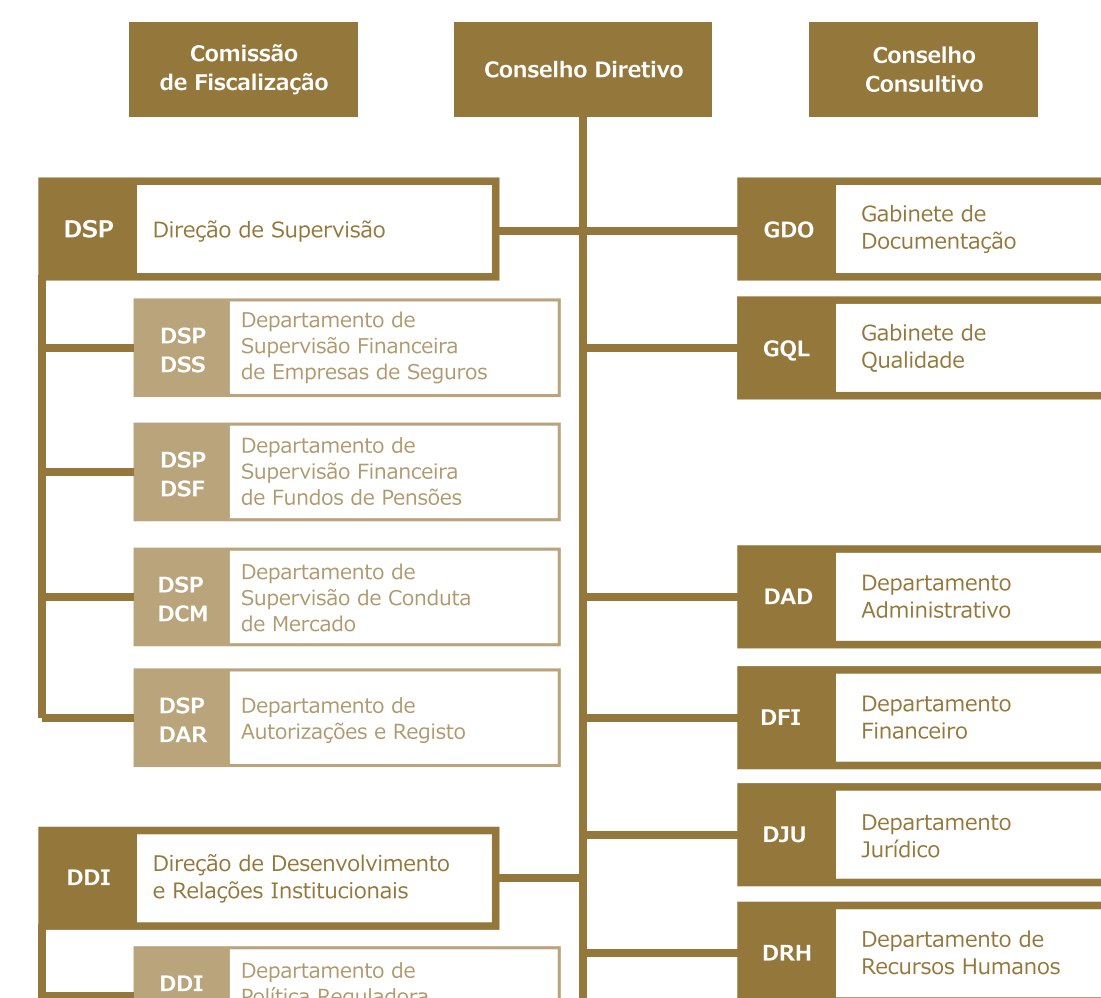
- o primado do interesse público;
- a defesa do interesse dos consumidores de seguros e de fundos de pensões;
- a atuação independente e responsável;
- a integridade, consistência e transparência na ação;
- o funcionamento eficaz, eficiente e socialmente responsável.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

No quadro das responsabilidades que lhe estão atribuídas, destacam-se, pela sua importância, as seguintes:

- **Função normativa**, que consiste na elaboração de normas regulamentares e colaboração na feitura de diplomas legais que regulam o acesso e exercício da atividade seguradora e dos fundos de pensões.
- **Função de supervisão**, que consiste na monitorização dos operadores (empresas de seguros, empresas de resseguros, mediadores de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões) e fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentos que regem o setor.

ÓRGÃOS DIRETIVOS

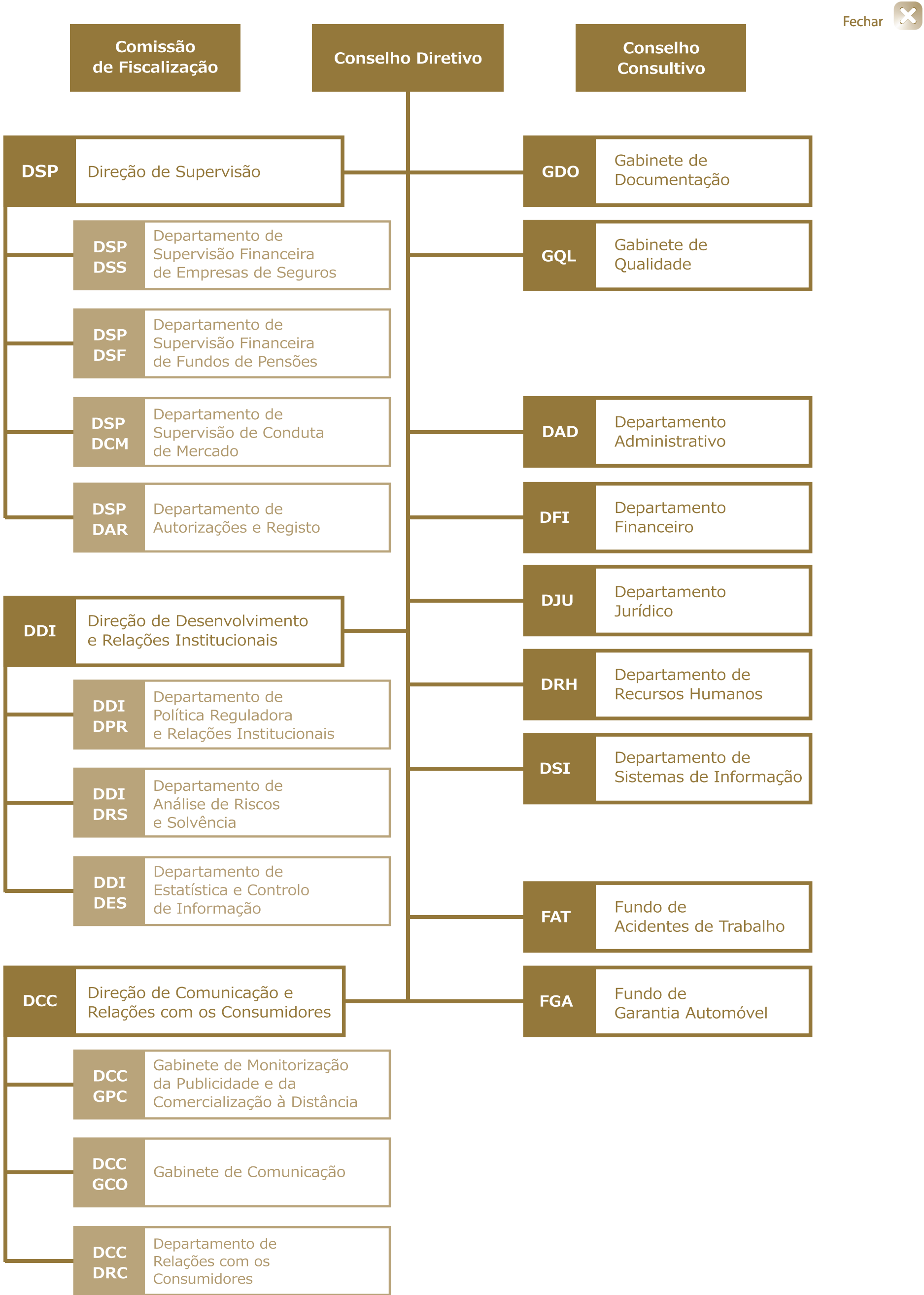


O Instituto de Seguros de Portugal tem por missão a promoção do bom funcionamento do mercado segurador e dos fundos de pensões em Portugal, por forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguros, pessoas seguras participantes e beneficiários.

MISSÃO E VALORES

No âmbito da sua missão, o ISP rege-se por um conjunto de valores que orientam a definição e implementação das suas estratégias e políticas, nomeadamente:

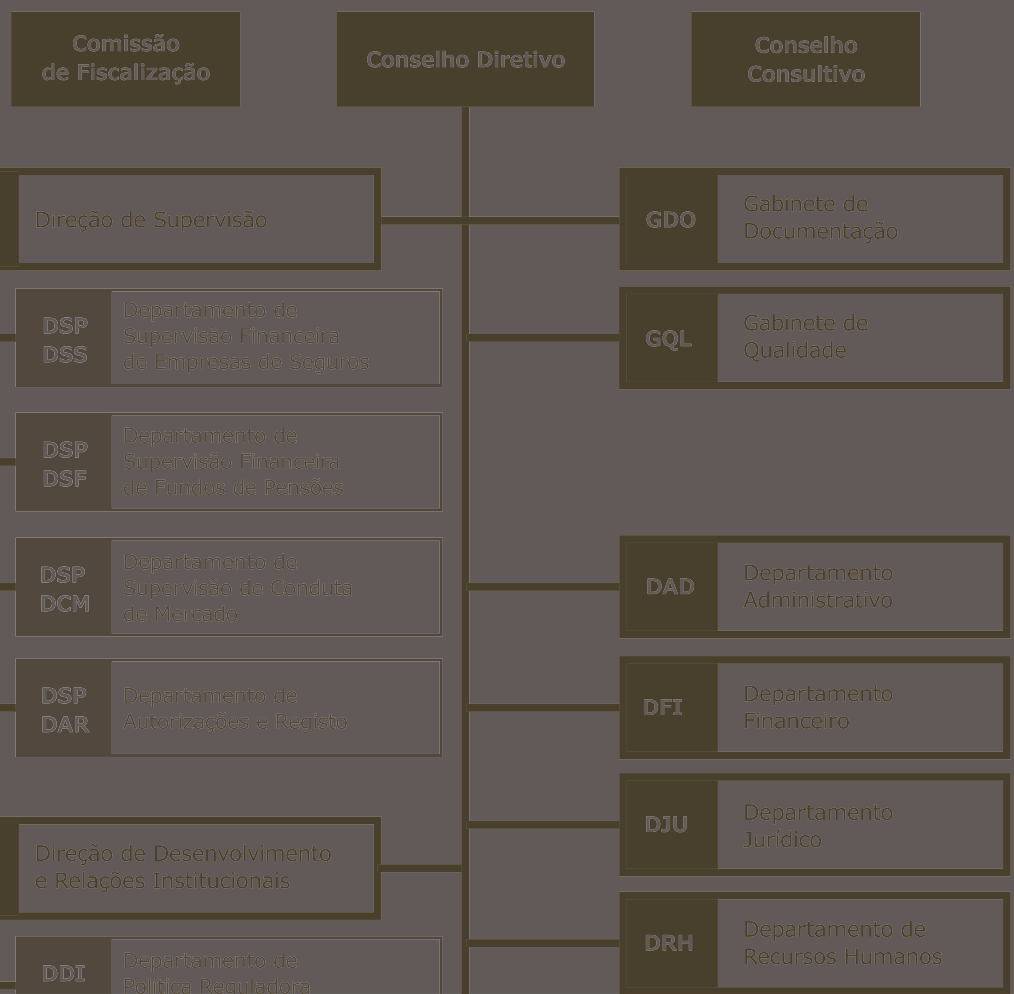
- o primado do interesse público;
- a defesa do interesse dos consumidores de seguros e de fundos de pensões;
- a atuação independente e responsável;
- a integridade, consistência e transparência na ação;
- o funcionamento eficaz, eficiente e socialmente responsável.



Os principais órgãos do ISP o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização.

O Conselho Diretivo do ISP é composto por um presidente, por um vice-presidente e por um Vogal, nomeados por Resolução de Conselho de Ministros, proposta do Ministro das Finanças, por um período máximo de cinco anos, renovável uma vez por igual período, entre pessoas com reconhecida idoneidade, experiência e competência.

ÓRGÃOS DIRETIVOS



QUADRO DE PESSOAL DO ISP

Os trabalhadores ao serviço do Instituto Nacional de Seguros (INS), na data da sua extinção, transitaram para o Instituto de Seguros de Portugal (ISP), com exceção daqueles que estavam ligados a serviços que passaram para a Associação Portuguesa de Seguradores.

O pessoal do quadro da Inspecção-Geral de Seguros (IGS) foi igualmente incorporado no quadro do ISP, com exceção de dois funcionários que optaram por ficar no Ministério das Finanças e do Plano.

Em 31 de dezembro de 1982, o quadro de pessoal do ISP integrava 128 trabalhadores no ativo, dos quais 96 eram originários do INS e 32 da IGS. Trinta anos depois, em 2012, o quadro de pessoal do Instituto de Seguros de Portugal fixa-se em 228 colaboradores, incluindo os trabalhadores que prestam serviço no Fundo de Garantia Automóvel e no Fundo de Acidentes de Trabalho.

LUÍS FILIPE ALMEIDA MAIA	ANTÓNIO JOSÉ MARREIROS PINHEIRO RAMOS	MARIA FERNANDA FERREIRA
ANTÓNIO JOAQUIM GUERREIRO MELO		
FELICIDADE PAZ ALMEIDA F. O. SERRANO	VIRGÍNIA MARIA ALEMÃO C. VIEIRA TAVARES	
MIRANDOLINA VERÍSSIMO PEREIRA LOPES	CÉLIA MARIA JESUS GOMES CORREIA MATOS	
ANA MARISA DE MATOS RODRIGUES	ANTÓNIO DIAS MARTINS GODINHO	MARGARIDA ALVE
MARIA DOS PRAZERES NEVES MINEZ	GISELA ALEXANDRA VIEGAS DE MORAIS LAGES	JOSÉ ANACLETO DA CRU
CÉLIA CRISTINA ANTUNES DOS SANTOS	INÁCIA BATISTA	ALBERTINO DA
ANTÓNIO RATO DOMINGOS	OTÍLIA MARIA COELHO GUERREIRO	MARIA M
PEDRO MANUEL GONÇALVES SOARES TAVARES	MARIA JOSÉ SOUSA DE FERREIRA ROSÁRIO	PATRÍCIA I
MARIA DULCE ANDRADE NUNES	MARIA AMÉLIA PONTE P. CABRAL VICENTE	
MARIA MANUELA MACÊDO VICTORINO LIMA	NUNO HENRIQUE CASTANHEIRA MOURATO	JOSÉ ANTÓNIO
PEDRO CÉSAR COSTA BORGES	VÍTOR MANUEL FARELO ARAÚJO	PAULA ALEXANDRA SANTOS
GENOVEVA CONCEIÇÃO GALAMBA PAIAS DIAS		MARIA PAULA RAMIRES FONSECA BRAZ MEND
EMÍDIO ALBERTO AFONSO NASCIMENTO	JOSÉ POCINHO DOS SANTOS BATISTA	HUGO MI
MARIA JOSÉ CINTRA CUNHA FERNANDES	FRANCISCO PLACIDO SALEMA CORTE REAL	RITA FILIPA FIGUEIREDO S
AMORIM SILVA FERNANDES	ISABEL MARIA ALMEIDA C. SANTOS PEREIRA	ANABEI
ANA FIGUEIRA MOITINHO DE ALMEIDA BYRNE	JOSÉ MANUEL CACHO RODRIGUES	ANTÓNIO CARLOS MENDES NEVES
MARIA EMÍLIA SILVA BAIÃO	ROSA MARIA SILVA ANTUNES BRITO AFONSO	PAU
SOFIA MARGARIDA DE SOUSA PINHEIRO	MANUEL ANTUNES ALMEIDA	
ANTÓNIO LOPES RIBEIRO	MANUEL AZEVEDO AFONSO	JOSÉ GONÇALVES SA
ADALBERTO MANUEL SILVA MOTA SANTOS	BALTAZAR ANTUNES	NUNO MIGUEL S
MARIA BERTINI SOUSA SENA	PAULA CRISTINA DE JESUS ROBERTO FAGUNDES	
RITA DIAS	ADÉLIA MARIA SANTOS	ROSA KIFFEN COUTINHO RODRIGU
MARIA GRACINDA DUARTE PEDROSA	PAULO JORGE DE FIGUEIREDO GOUVEIA	ANA RITA
MARIA FÁTIMA RODRIGUES BARATA GERALDES	MARIA SOLEDADE VIEIRA C. MARQUES FONTE	ANA ISABEL ALME
PIEDADE ROSA MARÇAL NUNES ALVES		MARTA DA CONCEIÇÃO GUILHERME D
LUÍS MANUEL ALMEIDA RAMOS	CLÁUDIA ISABEL FERREIRA MONTEIRO	

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

LUÍS FILIPE ALMEIDA MAIA

ANTÓNIO JOSÉ MARREIROS PINHEIRO RAMOS

MARIA FERNANDA FERREIRA DAVID CRUZ

ANTÓNIO JOAQUIM GUERREIRO MELO

MARISA ALEXANDRA GOMES BORGES

FELICIDADE PAZ ALMEIDA F. O. SERRANO

VIRGÍNIA MARIA ALEMÃO C. VIEIRA TAVARES

VÂNIA MARINA GOMES TOMÁS

MIRANDOLINA VERÍSSIMO PEREIRA LOPES

CÉLIA MARIA JESUS GOMES CORREIA MATOS

JOSÉ CASTRO SALES HENRIQUES

ANA MARISA DE MATOS RODRIGUES

ANTÓNIO DIAS MARTINS GODINHO

MARGARIDA ALVES JORGE FERNANDES

MÁRIO RUI GARCIA RIBEIRO

MARIA DOS PRAZERES NEVES MINEZ

GISELA ALEXANDRA VIEGAS DE MORAIS LAGES

JOSÉ ANACLETO DA CRUZ

CÉLIA CRISTINA ANTUNES DOS SANTOS

INÁCIA BATISTA

ALBERTINO DA COSTA

CLÁUDIA SOFIA GONÇALVES PEREIRA

ANTÓNIO RATO DOMINGOS

OTÍLIA MARIA COELHO GUERREIRO

MARIA MANUELA F. S. L. CORTE-REAL GONÇALVES

CARINA MARISA FERREIRA DUARTE

MARIA JOSÉ SOUSA DE FERREIRA ROSÁRIO

PATRÍCIA INÊS MATHIAS FONTOURA MADUREIRA

PEDRO MANUEL GONÇALVES SOARES TAVARES

MARIA AMÉLIA PONTE P. CABRAL VICENTE

LEONOR MARIA PEDROSO CASAL RIBEIRO DE CARVALHO

MARIA DULCE ANDRADE NUNES

NUNO HENRIQUE CASTANHEIRA MOURATO

MARIA MANUELA MACÊDO VICTORINO LIMA

JOSÉ ANTÓNIO MARIA ESTEVES

PEDRO CÉSAR COSTA BORGES

VÍTOR MANUEL FARELO ARAÚJO

PAULA ALEXANDRA SANTOS ROCHA

GONÇALO MALATO BELIZ GUERREIRO JÚDICE

GENOVEVA CONCEIÇÃO GALAMBA PAIAS DIAS

MARIA PAULA RAMIRES FONSECA BRAZ MENDES

EMÍDIO ALBERTO AFONSO NASCIMENTO

JOSÉ POCINHO DOS SANTOS BATISTA

HUGO MIGUEL MOREIRA BORGINHO

CRISTINA PAULA ESTEVES SILVA

MARIA JOSÉ CINTRA CUNHA FERNANDES

FRANCISCO PLACIDO SALEMA CORTE REAL

RITA FILIPA FIGUEIREDO S. RIBEIRO OLIVEIRA DIAS

AMORIM SILVA FERNANDES

ISABEL MARIA ALMEIDA C. SANTOS PEREIRA

ANABELA SOBRAL FERREIRA RIBEIRO

BEATRIZ MARQUES TEIXEIRA LOPES

ANA FIGUEIRA MOITINHO DE ALMEIDA BYRNE

JOSÉ MANUEL CACHO RODRIGUES

ANTÓNIO CARLOS MENDES NEVES

PAULA ALEXANDRA MOREIRA

MARIA EMÍLIA SILVA BAIÃO

ROSA MARIA SILVA ANTUNES BRITO AFONSO

CARLA SUSANA MARQUES FERREIRA RODRIGUES

MANUEL ANTUNES ALMEIDA

SOFIA MARGARIDA DE SOUSA PINHEIRO

MANUEL AZEVEDO AFONSO

JOSÉ GONÇALVES SANTOS

JOÃO MIGUEL RODRIGUES GOMES GERMANO DA COSTA

ANTÓNIO LOPES RIBEIRO

BALTAZAR ANTUNES

NUNO MIGUEL SILVA SIMÕES

ADALBERTO MANUEL SILVA MOTA SANTOS

MARIA BERTINI SOUSA SENA

PAULA CRISTINA DE JESUS ROBERTO FAGUNDES

ANA RAQUEL TAVARES PINTO LEMOS

RITA DIAS

ADÉLIA MARIA SANTOS

ROSA KIFFEN COUTINHO RODRIGUES

ADELINA AIDA B. PINTO COELHO

MARIA GRACINDA DUARTE PEDROSA

MARIA FÁTIMA RODRIGUES BARATA GERALDES

PAULO JORGE DE FIGUEIREDO GOUVEIA

ANA RITA ALMAS PIMENTA TAVARES

CARLOS JOAQUIM RODRIGUES SIMÕES

MARIA SOLEDADE VIEIRA C. MARQUES FONTE

PIEDADE ROSA MARÇAL NUNES ALVES

ANA ISABEL ALMEIDA C. RODRIGUES DE SOUSA

LUÍS MANUEL ALMEIDA RAMOS

CLÁUDIA ISABEL FERREIRA MONTEIRO

MARTA DA CONCEIÇÃO GUILHERME DA CRUZ

CRISTIANA FERREIRA SOARES

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

CARLOS ALBERTO NETO LOPES		MARIA MIQUELINA MARTINS A. JARDIM AZEVEDO	
MARIA CELESTE MARCOS VICTORINO ANTUNES	NUNO PAULO GOMES GUERREIRO JACINTO		RUI MIGUEL RIBEIRO LEITÃO
ANA MARIA ZACARIAS	MARIA HELENA VALDUJA F. CONCEIÇÃO SILVA	MARIA LURDES ALMEIDA SEQUEIRA ABREU	CÉLIA REGINA PINTO DA ROCHA MELO
LUÍS MANUEL NOGUEIRA MARIANO		LÍDIA BARRETO DA SILVA	
ELISA CONCEIÇÃO FREIRE ANTUNES	ALCINDA MARIE JEANNE COSTA		VÍTOR MANUEL SANTANA SALGADO
JULIANA MOTA MOREIRA			
NUNO FERNANDO MARQUES PAIVA ALMEIDA		MARIA PILAR F. FONSECA PAVÃO NUNES	
PEDRO BELCHIOR TIMÓTEO SOUSA VIROTE		MARIA JESUS PATRÍCIO	
MARIA CÉU ESCALEIRA MARQUES			
ARTUR MANUEL REIS PEREIRA LUZ	PEDRO MANUEL CARDOSO VELUDO		ABDUL BACHIR MAHOMED OSMAN
TATIANA MARIA MARQUES DE MATOS SILVA			
MARIA FÁTIMA MIGUEIS D. SILVA MIRA	RICARDO FLORIANO GOMES FERREIRA		LUÍS MANUEL COSTA SANTOS
LUÍS MANUEL SEVERINO NUNES	ANTÓNIO MANUEL EGÍDIO REIS		MARIA JOÃO FERNANDES ROBALO LOPES
LÍDIA AMÉLIA FERNANDES		NUNO MIGUEL DUARTE MOREIRA	
MARIA GRAÇA B. CARVALHO LOPES MOURA		DAVID CAMÕES GALHARDAS TELES PEREIRA	
RUI FRANCISCO COSTA PESSOA	MARIA ANTÓNIA GUERREIRO CASTILHO NETO	MARIA ISABEL LOPES BRITO	ANTÓNIO ALVES
HUGO FILIPE DA ENCARNAÇÃO AMARO			
DIOGO ANTÓNIO FERNANDES		MARIA SUZETE NETO SILVA FERREIRA	JOÃO CARLOS DUARTE MOREIRA
LÚCIA MENDES VALENTE			
MARIA FERNANDA E. DAVID E SILVA PALMAR			
ISABEL MARIA SANTOS RIBEIRO TELES	MARIA EMÍLIA TEIXEIRA SIMÕES COELHO		JOÃO MARIA GONÇALVES
ADERITO SANTOS GUEDES			
MARIA ALICE CAMPOS MATOS NEVES SANTOS		CATARINA MATOS MOITA	
MARIA CONCEIÇÃO AZEVEDO MARTINS NUNES			
MARIA REIS GUERREIRO N. ROSÁRIO VARGAS		IVONE PEDRO FERREIRA VIDAL MOTA	
SOFIA VAZ AVELEZ			
MARIA JOSÉ ROCHA MOREIRA REIS PEREIRA	MARIA ALICE ALVES MENDES PARENTE		ANA RITA DA CONCEIÇÃO SILVA MÁXIMO
JOÃO CARLOS CORREIA MATOS			
MARIA MARGARIDA SANTOS ROUPAS POMBO			
CLÁUDIA FILIPA MENDES DEUS DADO	MARIA DE LOURDES SOBRAL FERREIRA		JOÃO CARLOS CORREIA MATOS
ROSINDA MARIA SANTOS BASTOS TAVARES			
JOSÉ MANUEL SANTOS PAVÃO NUNES			
JOSÉ ALBERTO MENDES NEVES		MARIA MANUELA BARROS SILVA SIMÕES	
RAFAEL LUÍS CAMPOS LOURENÇO			
VERA LINA ROCHA FERNANDES MELO	ARMANDO JOSÉ PINHEIRO SANTOS		HÉLIO RODRIGO SERRA SILVA
HUGO MIGUEL JESUS VEIGA DE SOUSA			
MARIA LUÍSA ALVES ROMÃO CAMPOS			
JORGE MANUEL LOPES NOGUEIRA	ANA FILIPA CARDOSO DELGADO LANDEIRO		
LÍGIA CRISTINA CARREIRA VEIGA			
ARNALDO FILIPE PEREIRA COSTA OLIVEIRA			
MARIA JOÃO FERNANDES P. MARQUES BENOLIEL			

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

ANA MIRIAM DA CRUZ MARQUES MACEDO

CARLA SUSANA SANTOS DA SILVA FARIA

SOFIA ALEXANDRA LOUREIRO DA SILVA

MARIA TERESINHA DE ABREU PALMINHA

ANA CAROLINA RAMOS COSTA VEIGA LOURENÇO

IRENE JESUS GOMES

JOÃO FILIPE TAVARES FARÓIA

MÁRIO RUI GABRIEL PINTO

LUÍS MIGUEL SILVA FORTE FARIA

MARTA FILIPA GOMES DINIS

MARIA FÁTIMA ALVES LOURENÇO

ANA TERESA ROQUETE DE SOUSA VICENTE

TIAGO ALEXANDRE DA SILVA MATEUS

JOÃO CARLOS PEREIRA E SOUSA

JOANA MARTA SANTOS MENDES

MARIA TERESA CRUZ F. SANTOS

ABÍLIO SÁ BARBOSA GOMES

NUNO FILIPE DOS LOIOS LUDOVICO GALHARDO FIGUEIREDO

JOEL ALEXANDRE DE SANTOS RAMOS BAPTISTA

MARIA BERNARDETE CABRITA DUARTE DIAS

ANA FILIPA DE ALMEIDA RIBEIRO DE FREITAS

PAULO MANUEL ROCHA LIBANO MONTEIRO

MARIA ASSUNÇÃO BRITO V. LIZARDO C|AMARA

ELISABETE NÁDIA NUNES DE OLIVEIRA

JOÃO LUÍS CASTRO SOUSA NEVES

ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA SALVAÇÃO

SOFIA GANDIAGA FREDERICO

ANA PAULA ATAÍDE PIUZA COSTA

EDITE CRISTINA DOS SANTOS SEQUEIRA

EDUARDO MANUEL MARTINS DA SILVA LOURENÇO

VERA SANDRA FERREIRA MONÇÃO

ANA CRISTINA DE CARVALHO MOREIRA DA SILVA

DANIELA PRETO PACHECO BRANCO VELHO

JOÃO CARLOS MARQUES FERREIRA

ANA LUÍSA RIBEIRO GONZAGA DOS SANTOS

RICARDO JOSÉ DUQUE LOPES

OLÍVIO PEREIRA PEDROSA

LUCÉLIA MARIA ANTÃO FERNANDES

SANDRO MANUEL ALMEIDA GUERREIRO

PEDRO MIGUEL BARROS LADEIRA

JOÃO MIGUEL MENA DE MATOS NOVAIS

RUI MANUEL LOPES FIDALGO

MARIA EMÍLIA CONCEIÇÃO RODRIGUES

MARIA FÁTIMA SARAIVA COSTA

JOÃO DIOGO CARVALHO DE OLIVEIRA DUARTE

ANA SOFIA BARRETO LUCAS

DORA MARINA BRANCO LEAL

ANTÓNIO MESQUITA COSTA CAMPOS

ANA PAULA SIMÃO ASSUNÇÃO

CARLA ISABEL PAIVA AZEVEDO MOTTA

MANUEL ANTÓNIO CASTELEIRO DE BRITO COLAÇO

RUI MANUEL HENRIQUES ANTUNES

MARIA HELENA CARDOSO FERNANDES PRATA

ANTÓNIA MARISA ALVES FREDERICO ALVES

MARIA REGINA GUERRA A. ESTACIO MARQUES

ANTÓNIO PEDRO CRUZ FERNANDES

LUÍS FERNANDO DEUS ESTEVÃO

ANA ISABEL MONTES SIMÕES

FRANCISCO LUÍS FREIRE RIBEIRO ALVES

FERNANDA ISABEL G. P. LUBRANO TRISTÃO

MARIA ROSÁRIO PINA MOTA SANTOS

MARIA LUÍSA C. A. SOUSA E MENEZES

NUNO EMANUEL BARBOSA LIMA BASTOS

ANA CRISTINA GUERRA FERNANDES DOS SANTOS

JOSÉ LUÍS CARVALHO LOPES

FREDERICO MUÑOZ DE O. DA SILVEIRA SARAGOÇA

ANA RITA AGUADEIRO RAMOS

LARA PINHO DUARTE ALMEIDA

ANA PAULA CATITA MIRANDA

JOÃO MIGUEL ROBERTO SANTA RITA COLAÇO

TERESA PAULA ALMEIDA FERNANDES VELUDO

JOÃO DA CRUZ MESQUITA

CLÁUDIA SOFIA REIS FRANCISCO GONÇALVES

CARLOS MANUEL FONSECA SOUSA M. CORREIA

JOSÉ HERMÍNIO DE OLIVEIRA MOREIRA

MARIA DA CONCEIÇÃO ARAGÃO MARTINS SILVA

RUTE ISABEL CARVALHO PINHEIRO RAMOS

VANDA SOFIA PEIXOTO C. V. M. ANTUNES

JOSÉ AUGUSTO SILVA DA FONSECA

ANA RITA CASTRO RODRIGUES LOPES TAVARES

JORGE AUGUSTO GOMES COSTA

FILIPA MARIA DIAS GARCIA RAMOS

JORGE MANUEL DA SILVA MENDES CARRIÇO

MARA RAQUEL FERREIRA DE ORNELAS

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

FILIFE MANUEL DIAS VALENTIM

ROGÉRIO CARLOS ARRIAGAS VENCESLAU

MARIA SUSANA NOBRE LOPES

MARIA EDUARDA VIEIRA RIBEIRO

FERNANDO JORGE BARBOSA TOMÁS

TERESA ALEXANDRA VEIGA PROENÇA CRAVEIRO

JAIME MANUEL GOMES MENDES NEVES

TERESA CRISTINA LOPES CASADO

GABRIEL RODRIGO R. TAVARES BERNARDINO

VERA MARGARIDA RENDEIRO SEQUEIRA

JOSÉ MANUEL GAMA RODRIGUES

ANTÓNIO JORGE SOARES LOPES

MARIA JACINTA DIAS

CARLA CRISTINA MARTINS SÁ PEREIRA

ANTÓNIO CARLOS VIDEIRA DOS SANTOS

PAULA ALEXANDRA DOS SANTOS FERREIRA PIRES

ISABEL CRISTINA ANDRÉ LARANJEIRA

LUÍS MANUEL MAIA BAPTISTA DUARTE

ELISETE MARIA GRAÇA PINTO E LOBO

JOÃO MANUEL GARCIA RAMOS

CARMEN JESUS SERRALHEIRO MARÇAL

MÁRIO MARFIM PEREIRA DOS SANTOS

FERNANDO JOSÉ NUNES PIRES

JOSÉ LUÍS EMÍDIO MATEUS

MARINA ALEXANDRA NEVES CAMPOS BENTO

LIA DA SILVA ARROJA NEVES PEREIRA COUTINHO

GABRIELA MARIA VERÍSSIMO BRITES ANTUNES

SARA ISABEL PEREIRA RAIMUNDO LIBÓRIO

ISABEL SOFIA PACHECO LAMEIRAS FIGUEIREDO

MÁRIO MARTINS ELEUTÉRIO

MÁRIO JORGE MOREIRA DE SOUSA

SÓNIA LARA GONÇALVES C. BAIÃO ALMEIDA

VICENTE RATO BARRACAS MENDES GODINHO

REGINA MARLENE GONÇALVES AZEVEDO SOUSA

ALEXANDRA ISABEL GONÇALVES PEREIRA

GRAÇA CLÁUDIA CONCEIÇÃO QUEIROZ

VÍTOR MIGUEL ZUZARTE GUERREIRO MELO

FERNANDA ANJOS OLIVEIRA BRANCO VAZ

MARTA SOFIA RIBEIRO CHORINCAS

JOÃO FERNANDO DA SILVEIRA BARRETO BRAGA

DEOLINDA DE JESUS FERREIRA PINTO

CATARINA MARIA FIGUEIREDO CARDOSO

JOSÉ FILIFE NUNES JARDIM

PEDRO NUNO PEREIRA NOGUEIRA CARDOSO

JOSÉ MANUEL MONTEIRO PINTO SÁ

RICARDO MIGUEL FERNANDES RODRIGUES

VERA NUNES COCHAT HERMENEGILDO

FERNANDO JOSÉ RODRIGUES CARDOSO SILVA

ANA PAULA PEDROSA AZEVEDO AFONSO

CARLOS JORGE ANTUNES GUINÉ

PEDRO NUNO ROQUE BILHANO DOS SANTOS

ARTUR JORGE GUERREIRO MILHO DA CONCEIÇÃO

PAULA CRISTINA RIBEIRO C. RAMALHO ALVES

MARIA MANUELA FIGUEIREDO REIS DA SILVA

ISABEL CRISTINA BAPTISTA CARROLA

ANA FILIPA VEIGA MANJUA CUNHA

NUNO FILIFE MENDONÇA MOUTINHO RODRIGUES

ISMÉNIA DA SOLEDADE COSTA VAZ TOMÁS

LÍLIA MARIA SILVEIRA DA GAMA RODRIGUES

HUGO ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA

GIL MANUEL GAMA LOBO SALEMA COSTA

MARIA DE JESUS DA SILVA LUÍS

ANABELA ALMEIDA MAIA CARVALHAL SOARES

JOSÉ CARLOS SIMÕES FERREIRA MARQUES

PEDRO NORBERTO SANTOS TAVARES

ANA PAULA COELHO MATEUS

PALMIRA LOPES PASSOS

MARIA ADELAIDE HORTA ZILHÃO DE ALMEIDA

MARIA NOÉMIA SUZANA VALADARES SILVA

PAULA DE JESUS FIALHO L. BORRÕES FERREIRA

MARIA LURDES REBOXO MEDEIROS PIMENTA

MARIA MANUELA F. A. AMADO RODRIGUES

FRANCISCO JOSÉ SILVA CRUZ ALVES

VÍTOR MANUEL RIBEIRO CASTELO

EDUARDO ALBERTO FARINHA PEREIRA

MARIA TERESA VIEIRA SOUSA

MARIA ROSÁRIO NETO MARTINS CAMBIM

Ao longo dos últimos 30 anos foram emitidas cerca de 3 300 Normas Regulamentares e de Autorização e igual número de Circulares.

na n.º3/2012 -R, de 8 de março • Norma n.º4/2012 -R, de 3 de maio • Norma n.º5/2012 -R, de 6 de junho • Norma n.º6/2012 -R, de 19 de julho • Norma n.º1/20
º9/2011 -R, de 15 de Setembro • Norma n.º10/2011 -R, de 11 de Novembro • Norma n.º1/2010 -R, de 7 de Janeiro • Norma nº 2/2010 -R, de 4 de Março • Norm
n.º11/2010 -R, de 8 de Julho • Norma n.º12/2010 -R, de 22 de Julho • Norma n.º13/2010 -R, de 29 de Julho • Norma n.º14/2010 -R, de 14 de Outubro • Norma
na n.º22/2010 -R, de 16 de Dezembro • Norma n.º23/2010 -R, de 16 de Dezembro • Norma n.º24/2010 -R, de 30 de Dezembro • Norma n.º1/2009 -R, de 8 de Jan
o • Norma n.º10/2009 -R, de 25 de Junho • Norma n.º11/2009 -R, de 30 de Julho • Norma n.º12/2009 -R, de 30 de Julho • Norma n.º13/2009 -R, de 12 de Nover
8 -R, de 24 de Abril • Norma n.º7/2008 -R, de 10 de Julho • Norma n.º8/2008 -R, de 6 de Agosto • Norma n.º9/2008 -R, de 25 de Setembro • Norma n.º10/2008 -
de Dezembro • Norma n.º18/2008 -R, de 23 de Dezembro • Norma n.º19/2008 -R, de 23 de Dezembro • Norma n.º20/2008 -R, de 31 de Dezembro • Norma n.º2
8/2007 -R, de 31 de Maio • Norma n.º9/2007 -R, de 28 de Junho • Norma n.º10/2007 -R, de 5 de Julho • Norma n.º11/2007 -R, de 26 de Julho • Norma n.º12/20
de Dezembro • Norma n.º20/2007 -R, de 31 de Dezembro • Norma n.º1/2006 -R, de 13 de Janeiro • Norma n.º2/2006 -R, de 13 de Janeiro • Norma n.º3/2006
º11/2006 -R, de 28 de Novembro • Norma n.º12/2006 -R, de 28 de Novembro • Norma n.º13/2006 -R, de 5 de Dezembro • Norma n.º14/2006 -R, de 21 de Dezer
ma n.º5/2005 -R, de 18 de Março • Norma n.º6/2005 -R, de 24 de Março • Norma n.º7/2005 -R, de 24 de Março • Norma n.º8/2005 -R, de 13 de Abril • Norma n.
e 24 de Maio • Norma n.º3/2004 -R, de 12 de Julho • Norma n.º4/2004 -R, de 24 de Agosto • Norma n.º5/2004 -R, de 10 de Setembro • Norma n.º6/2004 -R, de
orma n.º6/2003 -R, de 12 de Fevereiro • Norma n.º7/2003 -R, de 12 de Fevereiro • Norma n.º8/2003 -R, de 18 de Fevereiro • Norma n.º9/2003 -R, de 18 de Fevere
de Julho • Norma n.º18/2003 -R, de 7 de Outubro • Norma n.º19/2003 -R, de 7 de Outubro • Norma n.º20/2003 -R, de 12 Novembro • Norma n.º21/2003 -R, d
reiro • Norma n.º6/2002 -R, de 11 de Março • Norma n.º7/2002 -R, de 7 de Maio • Norma n.º8/2002 -R, de 7 de Maio • Norma n.º9/2002 -R, de 7 de Maio • Norr
º18/2002 -R, de 24 de Julho • Norma n.º19/2002 -R, de 24 de Julho • Norma n.º20/2002 -R, de 18 de Novembro • Norma n.º21/2002 -R, de 28 de Novembro •
a n.º3/2001 -R, de 14 de Fevereiro • Norma n.º4/2001 -R de 14 de Fevereiro • Norma n.º5/2001 -R, de 4 de Maio • Norma n.º6/2001 -R, de 26 de Junho • Norma
-R, de 22 de Novembro • Norma n.º15/2001 -R, de 22 de Novembro • Norma n.º16/2001 -R, de 22 de Novembro • Norma n.º17/2001 -R, de 22 de Novembro •
a n.º3/2000 -R, de 18 de Fefeiro • Norma n.º4/2000 -R, de 18 de Fevereiro • Norma n.º5/2000 -R, de 24 de Maio • Norma n.º6/2000 -R, de 29 de Maio • Norma n.
00 -R, de 13 de Novembro • Norma n.º15/2000 -R, de 23 de Novembro • Norma n.º16/2000 -R, de 21 de Dezembro • Norma n.º17/2000 -R, de 21 de Dezembro
-R, de 11 de Junho • Norma n.º8/1999 -R, de 24 de Agosto • Norma n.º9/1999 -R, de 7 de Setembro • Norma n.º10/1999 -R, de 7 de Setembro • Norma n.º11/19
9 -R, de 29 de Dezembro • Norma n.º1/1998 -R de 15 de Janeiro • Norma n.º2/1998 -R, de 18 de Fevereiro • Norma n.º3/1998 -R, de 18 de Fevereiro • Norma n.
/1998 -R, de 4 de Setembro • Norma n.º13/1998 -R, de 29 de Outubro • Norma n.º14/1998 -R, de 5 de Novembro • Norma n.º15/1998 -R, de 20 de Novembro •
º5/1997 -R, de 20 de Fevereiro • Norma n.º6/1997 -R de 10 de Abril • Norma n.º7/1997 -R de 10 de Abril • Norma n.º8/1997 -R, de 15 de Maio • Norma n.º9/19
Norma n.º17/1997 -R de 19 de Dezembro • Norma n.º1/1996 -R, de 11 de Janeiro • Norma n.º2/1996 -R, de 11 de Janeiro • Norma n.º3/1996 -R, de 18 de Janeiro
Abril • Norma n.º11/1996 -R, de 18 de Abril • Norma n.º13/1996 -R, de 18 de Julho • Norma n.º14/1996 -R, de 18 de Julho • Norma n.º15/1996 -R, de 29 de Ag
n.º23/1996 -R, de 19 de Dezembro • Norma n.º24/1996 -R, de 19 de Dezembro • Norma n.º1/1995 -R, de 12 de Janeiro • Norma n.º2/1995 -R, de 3 de Feverei
95 -R, de 29 de Maio • Norma n.º11/1995 -R, de 27 de Junho • Norma n.º12/1995 -R, de 6 de Julho • Norma n.º13/1995 -R, de 6 de Julho • Norma n.º14/1995
utubro • Norma n.º22/1995 -R, de 20 de Outubro • Norma n.º23/1995 -R, de 20 de Outubro • Norma n.º24/1995 -R, de 20 de Outubro • Norma n.º25/1995 -R, d
de 5 de Janeiro • Norma n.º2/1994 -R, de 5 de Janeiro • Norma n.º3/1994 -R, de 19 de Janeiro • Norma n.º4/1994 -R, de 2 de Fevereiro • Norma n.º5/1994 -R,
.º13/1994 -R, de 26 de Outubro • Norma n.º14/1994 -R, de 29 de Novembro • Norma n.º15/1994 -R de 29 de Novembro • Norma n.º16/1994 -R, de 29 de Novemb
• Norma n.º1/1993 -R, de 6 de Janeiro • Norma n.º2/1993 -R, de 6 de Janeiro • Norma n.º3/1993 -R, de 13 de Janeiro • Norma n.º4/1993 -R, de 13 de Janeiro •

{ 1982

Criação do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e aprovação do seu Estatuto, pelo Decreto-Lei n.º 302/82, de 30 de julho, dando início à sua atividade em 17 de novembro de 1982, de acordo com o Despacho do Secretário do Tesouro, de 28 de outubro.

O ISP encontrava-se sujeito à tutela do Ministério das Finanças e do Plano e apresentava uma natureza jurídica de instituto público, dotado de personalidade jurídica, com **autonomia administrativa e financeira e com património e receitas próprias**.

Constituíam **atribuições** do ISP a coordenação, regulação e fiscalização do funcionamento do setor de seguros e resseguros e da respetiva mediação, bem como de atividades complementares daquele setor.

1982

Nomeação de **Armando Francisco da Silva Almeida**, de **José Dionísio de Almeida** e de **José dos Santos Marques** para o Conselho Diretivo do ISP, por Resolução n.º 205/82, do Conselho de Ministros, de 5 de novembro.

Na **estrutura orgânica** inicial do ISP, os serviços estavam distribuídos pelos Departamentos Técnico, Económico-Financeiro, Inspeção, Mediação e pelos Serviços de Apoio, que incluíam os serviços Jurídicos, Administrativos, Informáticos e Documental.

A **sede do ISP** manteve-se no edifício até então ocupado pelo INS, situado na Av. 5 de Outubro, em Lisboa. Para além da sede, o ISP tinha ainda uma delegação na cidade do Porto.



A nova entidade de supervisão manteve o **símbolo** anteriormente utilizado pelo INS, adicionando-lhe a designação Instituto de Seguros de Portugal.



Eram **órgãos estatutários** do ISP o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização.

Novo **Plano de Exploração do Ramo Vida**, aprovado pela Norma n.º 64/1983, de 2 de setembro, que veio obrigar a concessão de participação nos resultados, instituindo regras para o cálculo e distribuição desses resultados, quer em seguros de grupo quer individuais. Foi ainda estabelecida a forma como as companhias poderiam adaptar a antiga carteira às novas bases técnicas.

Aprovação do Decreto-Lei n.º 406/83, de 19 de novembro, o qual veio permitir o **exercício das atividades bancária e seguradora por empresas privadas** e outras entidades da mesma natureza, verificando-se, desta feita, a reabertura dos seguros à iniciativa privada nacional.

1983

Aprovação do Decreto-Lei n.º 162/84, de 18 de maio, que veio estabelecer o regime de **pagamento dos prémios** dos contratos de seguro.

Regulação do **acesso à atividade seguradora em território nacional**, pelo Decreto-Lei n.º 188/84, de 5 de junho. Este diploma, no seu artigo 2.º, determinava que além das seguradoras públicas ou de capitais públicos criadas por força da lei portuguesa, apenas poderiam exercer a atividade seguradora as sociedades anónimas, as mútuas de seguros, bem como as empresas de seguros estrangeiras sob a forma de “agência geral”.

De acordo com as disposições estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 323/ 85, de 6 de agosto, o ISP passa a **fiscalizar os Fundos de Pensões**, instituídos por escritura pública e geridos por empresas de seguros autorizadas a explorar o ramo vida.

1984

Nomeação de **Armando Francisco da Silva Almeida** para Presidente do Conselho Diretivo ISP, por Resolução do Conselho de Ministros, de 18 de janeiro de 1984.

1985

XI Conferência Europeia dos Serviços de Controlo de Seguros Privados, Lisboa (23 a 27 de setembro). Os principais temas discutidos foram a segurança financeira dos resseguradores, o seguro de vida e inflação, os mediadores de seguros, o seguro de catástrofes naturais e o tratamento das reclamações dos segurados.

Alterações ao **exercício da atividade de Mediação de Seguros** pelo Decreto-Lei nº 336/85, de 21 de agosto, até então regulada pelo Decreto-Lei nº 145/79, de 23 de maio.

Atualização das disposições legais relativas ao **seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel**, pelo Decreto-Lei n.º 522/85, de 31 de dezembro.

Harmonização das disposições legais em vigor respeitantes à **classificação dos ramos de seguros com as disposições comunitárias**, pelo Decreto-Lei n.º 85/86, de 7 de maio, separando os seguros “Não Vida” dos seguros “Vida”. Este diploma veio ainda estabelecer que a concessão das autorizações para a exploração de qualquer dos ramos ou modalidades é da competência do ISP.

1986

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

Publicação do Decreto-Lei n.º 172-A/86, de 30 de junho, em resultado do processo de integração europeia e visando o acolhimento dos atos de direito comunitário, designadamente a Diretiva n.º 77/92/CEE, no que respeita ao **exercício da atividade de mediação** de seguros, alterou o Decreto-Lei n.º 336/85, de 21 de agosto,

conformando assim as disposições nacionais com as comunitárias relativas à mediação de seguros.

Publicação do Decreto-Lei n.º 396/ 86, de 25 de novembro, que veio alargar a **gestão de fundos de pensões a sociedades gestoras** constituídas exclusivamente para o efeito.

Concessão de **incentivos fiscais à criação e transformação de seguradoras**, com vista à constituição de seguradoras especializadas no ramo “Vida” e nos ramos “Não Vida”, pelo Decreto-Lei n.º 168/87, de 18 de abril.

Diretiva n.º 88/357/CEE, de 22 de junho, que veio regular o acesso e o **exercício da atividade de seguro direto não vida em livre prestação de serviços**.

Aprovação do Decreto-Lei n.º 205/ 89, de 27 de junho, que veio estabelecer o regime de **planos de poupança-reforma (PPR)** e do **fundo de poupança-reforma (FPR)**.

1987

Nomeação de **Diamantino Pereira Marques** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo, por Resolução do Conselho de Ministros de 23 de junho de 1987.

1988

Nomeação de **Manuel José da Silva Guedes Vieira** para Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros de 14 de julho de 1988.

1989

Nomeação de **José Manuel Veiga de Macedo** para Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros de 14 de setembro de 1989.

Publicação do Decreto-Lei n.º 386/89, de 9 de novembro, que veio regular a **atividade dos mediadores de seguros** estabelecidos em outro Estado-Membro das Comunidades Europeias, exercida em regime de livre prestação de serviços, relativamente a contratos de seguro celebrados em seguradoras estabelecidas em Portugal.

Criação do novo regime do seguro de colheitas, pelo Decreto-Lei n.º 283/90, de 18 de setembro, cabendo ao ISP assegurar o apoio administrativo do **Fundo de Compensação do Seguro de Colheitas**, de acordo com o previsto na Portaria n.º 918/ 90, de 28 de setembro.

Directiva n.º 90/619/CEE do Conselho, de 8 de Novembro de 1990, que veio regular o acesso e o **exercício da atividade de seguro direto Vida em livre prestação de serviços**.

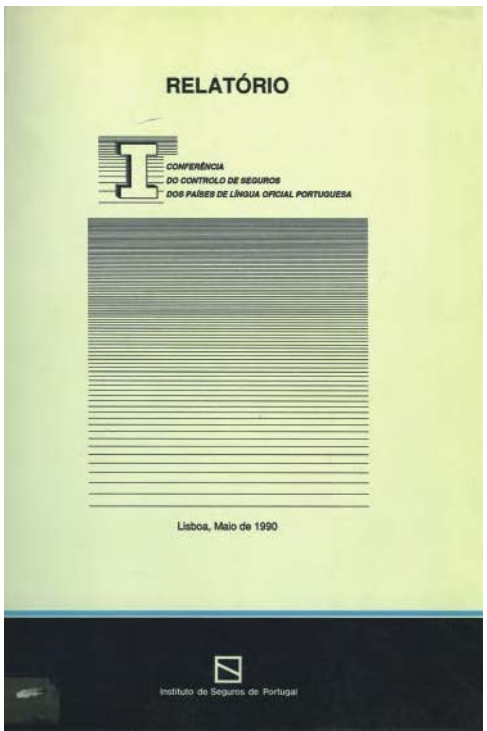
1990

Nomeação de **José Dionísio de Almeida** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros de 23 de novembro de 1989.

Nomeação de **José Francisco Leitão de Carvalho** para o cargo Presidente do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros de 12 de abril de 1990.

Nomeação de **Tomé Pinho Gil** para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros, de 18 de outubro de 1990.

Realização, em Lisboa, da **I Conferência do Controlo de Seguros dos Países de Língua Oficial Portuguesa**, primeiro passo para institucionalização de mecanismos multilaterais de cooperação entre as autoridades responsáveis pelo setor segurador de Países e Território de Expressão Portuguesa.



Publicação do Decreto-Lei n.º 352/91, de 20 de setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 88/357/CEE, de 22 de junho, que regula o acesso e o **exercício da atividade de seguro direto não vida** respeitante à cobertura, em livre prestação de serviços, de riscos situados em território português por uma empresa de seguros estabelecida em qualquer outro Estado-Membro da

Comunidade Económica Europeia e a partir desse estabelecimento.

Liberalização das condições de comercialização de contratos, consubstanciada no Decreto-Lei n.º 375/91, de 9 de outubro, que veio estabelecer o regime de aprovação das apólices de seguro, dispensando a aprovação prévia para a maior parte destas apólices.

1991

Recondução de **Manuel José da Silva Guedes Vieira** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução da Presidência do Conselho de Ministros n.º 34/91.

Mudança dos serviços do ISP para a Avenida de Berna, n.º 19 – Lisboa, no dia 17 de junho.



Regime de **acesso e exercício da atividade de mediação de seguros**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 388/91, de 10 de outubro. Esta alteração incidiu, fundamentalmente, sobre os canais de distribuição, salientando-se o papel das instituições de crédito e das estações de correios neste contexto. Instituiu as figuras de “agente provisório” e de “agente exclusivo” e a liberalização do sistema de atribuição de comissões.

A aprovação do Decreto-Lei n.º 415/91, de 25 de outubro veio permitir a **constituição de fundos de pensões abertos** e a possibilidade da **gestão de um fundo de pensões fechado por mais do que uma entidade gestora** (co-gestão).

Diretiva n.º 92/49/CEE, 18 de junho de 1992, respeitante ao **seguro direto Não Vida**, que veio regular a **concessão de uma autorização única**, válida em toda a Comunidade, e a aplicação do princípio da supervisão pelo Estado-Membro de origem.

1992

Nomeação de **Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/92, de 30 de abril.

Diretiva n.º 92/96/CEE, de 10 de novembro, respeitante ao **seguro direto Vida**, que veio regular a **concessão de uma autorização única**, válida em toda a Comunidade, e a aplicação do princípio da supervisão pelo Estado-Membro de origem.

Publicação da Recomendação n.º 92/48/CEE, de 18 de dezembro de 1991, relativa aos **mediadores de seguros**, que foi seguida em grande medida pelos Estados-Membros e contribuiu para a aproximação das disposições nacionais referentes aos requisitos profissionais e ao registo dos mediadores de seguros.

1993

100.ª Reunião da Conferência das Autoridades de Controlo de Seguros dos Estados-Membros da Comunidade Europeia, organizada pelo ISP, na cidade do Funchal, (15 a 17 de abril de 1993).



Regime de **acesso e exercício da atividade seguradora**, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 102/94, de 20 de abril, transpondo para o direito interno as **Diretivas de Terceira Geração** sobre os seguros não vida e sobre o seguro de vida.

Com este diploma, a atividade de seguro direto passou a ficar sujeita ao designado princípio do **“passaporte comunitário”**, baseado num regime de autorização única, nos termos do qual uma empresa que obtenha autorização do Estado-Membro em que estabelecer a sua sede social para o exercício da atividade seguradora fica habilitada a exercer a sua atividade no território de outros Estados-Membros,

tanto pela via do estabelecimento de uma sucursal, como através da livre prestação de serviços, após um processo de mera notificação.

1994

Nomeação de **José Monteiro Fernandes Braz** para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/94, de 27 de janeiro.

Nomeação de **José António Cardoso Veloso** e de **Pedro Miguel de Sommer Carvalho** para os cargos de Vogais do Conselho Diretivo do ISP, pelas Resoluções do Conselho de Ministros

n.º 21/94, de 21 de Julho e 25/94, de 15 de setembro, respetivamente.

Realização da **IV Conferência da Associação das Autoridades de Supervisão de Seguros de Expressão Portuguesa (AASSEP)**, organizada pelo ISP, no Porto (31 de maio a 1 de junho de 1994), no âmbito da qual foi aprovado o Protocolo de Constituição da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASSEL), que substitui a AASSEP.



Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma n.º 7/1994 - R, de 27 de abril, o qual define as regras de contabilidade, apresentação e publicidade, aplicáveis às contas das empresas de seguros, a partir de 1 de janeiro de 1995.

Aprovação das regras de transparência para a atividade seguradora e disposições relativas ao regime jurídico do contrato de seguro, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 176/95, de 26 de julho. Este diploma, vulgarmente conhecido como **“Lei da Transparência”**, procurou definir algumas regras sobre a informação que, em matéria de condições contratuais e tarifárias, deve ser prestada aos

tomadores de seguros pelas empresas de seguros que exerçam a sua atividade em Portugal.

1995

Recondução de **Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/95, de 13 de julho.

Regulamentação dos **planos de poupança reforma (PPR)**, pelo Decreto-Lei n.º 204/95, de 5 de agosto (dinamização do mercado de capitais).

Aprovação da Norma n.º 21/1996-R, de 5 de dezembro, que veio alterar a Norma n.º 298/1991, de 13 de novembro, nomeadamente no que diz respeito aos pressupostos de **cálculo do mínimo de solvência para os fundos de pensões**.

1996

Nomeação de **Diamantino Pereira Marques** para o cargo de Presidente do ISP e de **Tomé Pinho Gil** para o cargo de Vogal, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/96, de 12 de junho, com efeitos a partir de 17 de junho de 1996.

Alteração do **logótipo do ISP** e consequente reformulação da toda a documentação geral, em consonância com a nova simbologia.



HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

O novo logótipo, inspirado numa iluminura inserta num livro do século XV, consistia numa esfera armilar em cuja face visível se inscrevem duas metades da letra “S”, que se completam.

A esfera armilar remete para a antiguidade da atividade seguradora e, ao mesmo tempo, referencia o poder público de que lhe está investido, pois é um dos elementos centrais da iconografia nacional desde a época dos Descobrimentos.



Aprovação da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, que regulamentou o regime jurídico de reparação de **acidentes de trabalho e de doenças profissionais**.

Alteração do Estatuto do ISP, pelo Decreto-Lei n.º 251/97, de 26 de setembro, o qual incidiu, fundamentalmente, sobre os seguintes temas: o alargamento da supervisão às sociedades gestoras

de participações sociais que se relacionem de determinados modos com empresas de seguros e resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões; a obtenção de legitimidade para recorrer às instâncias judiciais para defesa dos interesses dos credores específicos de seguros e de fundos de pensões; a atualização da estrutura orgânica e dos procedimentos de gestão; a manutenção dos

trabalhadores do ISP no regime geral da segurança social, prevendo-se também que os complementos de reforma sejam garantidos por um fundo de pensões; a aplicação de regras específicas de transparência e de prevenção de conflitos de interesses aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização.

1997

Criação do primeiro **sítio do ISP na Internet**.



O novo **regime de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora** aprovado pelo Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril. Este diploma, que substituiu integralmente o Decreto-Lei n.º 102/94, de 20 de abril, veio regular as condições de acesso e de exercício da atividade seguradora e resseguradora no território da Comunidade Europeia, incluindo a exercida no âmbito territorial

institucional das zonas francas, por empresas de seguros com sede social em Portugal, bem como as condições de acesso e de exercício da atividade seguradora e resseguradora em território português, por empresas de seguros sediadas em outros Estados-Membros.

1998

Nomeação de **Tomé Pinho Gil** para o cargo de Presidente do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/98, de 30 de janeiro.

Nomeação de **Luís Domingos Silva Moraes** e **José Pocinho dos Santos Batista** para os cargos de Vogais do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/98, de 30 de janeiro.

Nomeação de **Maria Helena Rodrigues da Costa Garcia** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/98, de 9 de julho.

Delegação do Porto passou a funcionar na Rua Júlio Dinis, n.º 127 – 1.º Andar – Porto.



Aprovação do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, que veio criar o **Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT)**, previsto na Lei de Acidentes de Trabalho (Lei n.º 100/97, de 13 de setembro) e o Decreto-Lei n.º 143/99, de 30 de abril, que regulamenta a referida Lei, no que respeita à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho.

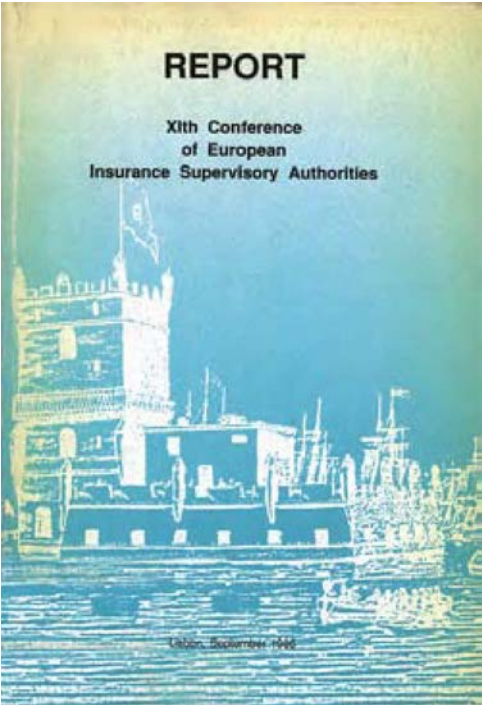
Criação dos **planos poupança-educação (PPE)**, pelo Decreto-Lei n.º 357/99, de 15 de setembro (direito à educação e igualdade de oportunidades).

Novo regime geral dos fundos de pensões, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 475/99, de 9 de novembro, que veio conferir uma maior solidez financeira aos fundos de pensões e às entidades gestoras e maior transparência contratual.

1999

Nomeação de **Rui Manuel Leão Martinho** para o cargo de Presidente do ISP e de **Manuel Sebastião** para o cargo de Vogal, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 21-B/99, de 11 de fevereiro, com efeitos a partir de 1 de março de 1999.

113.ª Conferência das Autoridades de Supervisão de Seguros da EU, organizada pelo ISP, em Sintra, no mês de outubro.



Novo **regime jurídico do pagamento dos prémios** dos contratos de seguro, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 142/2000, de 15 de julho.

Constituição do **Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF)**, pelo Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro, com o objetivo de institucionalizar e organizar a cooperação entre as três autoridades de supervisão do sistema financeiro - Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Instituto de Seguros de Portugal -, criando um fórum de coordenação da

atuação de supervisão do sistema financeiro para facilitar o mútuo intercâmbio de informações.



*Conselho Nacional
de Supervisores Financeiros*

2000

Nomeação de **Rodrigo Fernandes Homem de Lucena** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2000, de 21 de setembro.

Mudança dos serviços do Fundo de Garantia Automóvel (FGA), Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT/AT), Gabinete de Gestão de Projetos (GGP), Departamento de Documentação (DDO), Departamento de Apoio aos Consumidores/ Departamento de Comunicação e Imagem (DAC/DCI), em agosto, para novas instalações, sitas na Av. da República, n.º 59, em Lisboa.

Novo Estatuto do ISP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de novembro, conferindo uma ampliação da sua autonomia em matérias de supervisão e regulação e no domínio da gestão financeira e patrimonial.

O ISP passou a estar sujeito apenas a poderes de tutela do Ministério das Finanças, deixando de estar sob a sua superintendência; foi atribuído aos órgãos do ISP um amplo poder regulamentar e ampliadas as competências decisórias em matéria de supervisão. O mandato dos membros do Conselho Diretivo passou de três para cinco anos e estabeleceu-se um regime de

inamovibilidade. No domínio da gestão financeira e patrimonial, simplificou-se o regime contabilístico, devendo a gestão orçamental do ISP basear-se numa racionalização dos recursos financeiros provenientes do setor supervisionado.

2001

Renovação do mandato de **Rui Leão Martinho** para o cargo de Presidente do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 142-E/2001, de 29 de novembro.

Nomeação de **Rodrigo Fernandes Homem de Lucena** para o cargo de Vogal do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 142-D/2001, de 29 de novembro.

Nomeação de **António Manuel da Silva Osório** para o cargo de Vice-Presidente do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 142-C/2001, de 29 de novembro.

Representação do ISP na **1.ª Reunião do Grupo de Trabalho Solvência II** (6 de Julho de 2001), em Londres, constituída no âmbito da Conferência de Oslo.

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

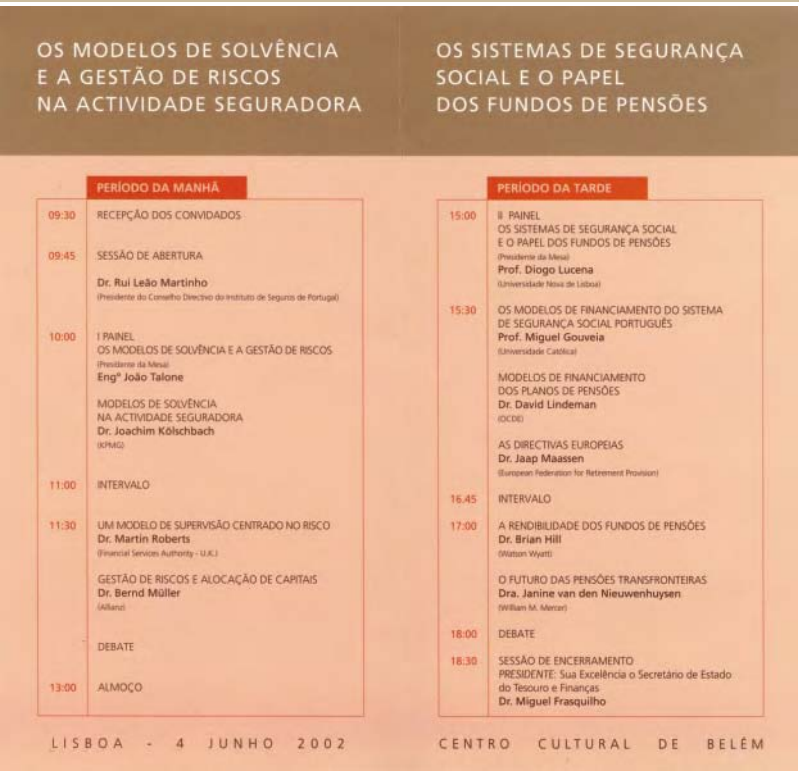
Publicação do Decreto-Lei n.º 8-C/2002, de 11 de janeiro, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 98/78/CE, de 27 de outubro, relativa à fiscalização complementar das empresas de seguros que fazem parte de um grupo segurador. Esta nova regulamentação é a consagração do regime de independência institucional do ISP, com a atribuição da

competência exclusiva ao mesmo para a generalidade das autorizações dadas às empresas de seguros.

2002

Nomeação de Rui Carlos Alvarez Carp para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2002, de 24 de julho.

I Colóquio Internacional sobre Solvência e Fundos de Pensões, Lisboa (4 de junho de 2002). As intervenções incidiram sobre os modelos de solvência e a gestão de riscos na atividade seguradora e ainda nos sistemas de segurança social e no papel dos fundos de pensões.



Novo regime dos **planos de poupança reforma (PPR)**, dos **planos de poupança-educação (PPE)** e dos **planos de poupança-reforma/educação (PPR/E)**, pelo Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho.

Alteração do Estatuto do ISP, pelo Decreto-Lei n.º 195/2002, de 25 de setembro, no artigo referente à composição, nomeação e mandato do Conselho Diretivo (artigo 9.º).

Diretiva n.º 2002/92/CE, de 9 de dezembro de 2002, relativa à **mediação de seguros**, que veio estabelecer o registo e supervisão únicos, no respetivo Estado-Membro aplicável aos mediadores de seguros e de resseguros, permitindo-lhes o exercício da sua atividade nos outros Estados-Membros de acordo com os princípios da liberdade de estabelecimento e da livre prestação de serviços.

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

Transposição para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2003, de 14 de abril, da Diretiva n.º 2000/26/CE, de 16 de maio, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil relativo à circulação de veículos automóveis - “Quarta Diretiva do Seguro Automóvel”. No âmbito da referida

Diretiva, o Fundo de Garantia Automóvel (FGA) exerce as funções de Organismo de Indemnização e as de Centro de Informação Automóvel Português.

Publicação do Decreto-Lei n.º 90/2003, de 30 de abril, que veio transpor para o direito interno a Diretiva n.º 2001/17/CE, de 19 de março, relativa ao saneamento e à liquidação das empresas de seguros.

2003

Transformação da Conferência das Autoridades de Supervisão de Seguros da União Europeia no Comité das Autoridades Europeias de Supervisão de Seguros e de Pensões Complementares de Reforma (CEIOPS), composto por representantes das autoridades de supervisão de empresas de seguros e de fundos de pensões dos países membros da

União Europeia e da Área Económica Europeia, no qual o ISP se integra.



Reformulação dos conteúdos e funcionalidades do sítio do ISP na Internet.



Diretiva n.º 2003/41/CE, de 3 de junho de 2003, relativa às atividades e à **supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais**, que constituiu um importante passo na direção de um mercado interno de realização dos planos de pensões profissionais organizados à escala europeia.

Publicação do Decreto-Lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, que transpôs para o direito interno as Diretivas n.º 2002/12/CE e n.º 2002/13/CE de 5 de março de 2003, relativas aos requisitos em matéria de **margem de solvência aplicáveis às empresas de seguros de vida e não vida**.

Certificação de qualidade do **Fundo de Garantia Automóvel** (FGA) pela "APCER - Associação Portuguesa para a Certificação" e pelo "IQNET - The International Certification Network".



2004

II Colóquio Internacional sobre Solvência e Fundos de Pensões, Lisboa (25 de junho).
As intervenções abordaram o estabelecimento de normas contabilísticas harmonizadas na atividade seguradora a nível internacional, o novo sistema de solvência da atividade seguradora e o governo dos fundos de pensões.

Implementação e entrada em funcionamento do **Portal ISPnet**, para efeitos do envio pelas entidades supervisionadas dos elementos financeiros e estatísticos do ISP.

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

Realização da cerimónia de constituição da **ASEL – Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos**, assinada em Lisboa, no dia 22 de abril de 2004, da qual são membros fundadores os Países e Território de expressão oficial portuguesa.

III Colóquio Internacional sobre Solvência e Fundos de Pensões, Lisboa (7 de junho de 2004).



HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

Certificação de qualidade do Fundo de
Acidentes de Trabalho (FAT), pela APCER
- Associação Portuguesa para a Certificação
e pelo "IQNET - The International Certification
Network".

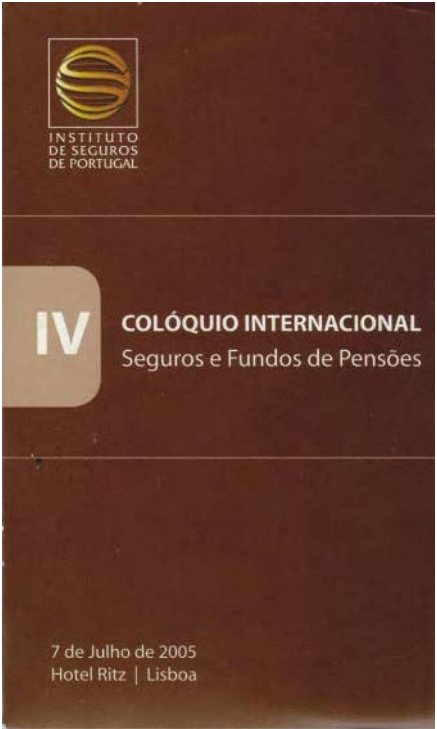
Aprovação do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20
de janeiro, que veio regular a constituição
e o funcionamento dos fundos de pensões
e das entidades gestoras de fundos de pensões
e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva
n.º 2003/41/CE, de 3 de junho, relativa às atividades
e à supervisão das instituições de realização de planos
de pensões profissionais.

2005

2006

Nomeação de Fernando Dias Nogueira para o cargo de
Presidente do Conselho Diretivo do ISP, por Resolução do
Conselho de Ministros n.º 95/2006, de 13 de setembro, com
efeitos a partir de 2 de outubro de 2006.

IV Colóquio Internacional sobre Solvência
e Fundos de Pensões, Lisboa (7 de julho
de 2005). O programa englobou três temas:
o papel da Associação Internacional de
Supervisores Financeiros (IAIS) na regulação
da atividade seguradora; o corporate
governance na atividade seguradora;
e as diferentes perspetivas de mercado
sobre o novo regime dos fundos de pensões.



Aprovação de um Código de Conduta que estabelece
linhas de orientação em matéria de ética profissional
para todos os que mantêm vínculos de natureza
laboral com o ISP, ou que exercem funções como
membros do seu Conselho Diretivo.

Aprovação pelo Decreto-Lei n.º 83/2006, de 3 de maio, das regras e os procedimentos a observar pelas empresas de seguros com vista a garantir a assunção da sua **responsabilidade em caso de sinistro no âmbito do seguro automóvel**, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2005/14/CE, de 11 de maio - **“Quinta Diretiva do Seguro Automóvel”**.

Aprovação do **regime legal da atividade de mediação de seguros e resseguros**, pelo Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, transpondo a Diretiva n.º 2002/92/CE, de 9 de dezembro, relativa à mediação de seguros.

Aprovação do Decreto-Lei n.º 145/2006, de 31 de julho, que, transpondo a Diretiva n.º 2002/87/CE, de 16 de dezembro, veio regular a **supervisão dos conglomerados financeiros** e a respetiva coordenação entre as autoridades envolvidas.

Renovação do mandato de **António Manuel da Silva Osório** e de **Rodrigo Fernandes Homem de Lucena** para os cargos, respetivamente, de Vice-Presidente e Vogal do Conselho Diretivo

do ISP, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2006, de 30 de novembro.

V Colóquio Internacional sobre Solvência e Fundos de Pensões, Lisboa (21 de junho de 2006). As intervenções abordaram os temas ligados à gestão de risco e controlo interno, à solvência e aos fundos de pensões.



Portugal foi o anfitrião da **XVII Assembleia Anual da Associação de Supervisores de Seguros da América Latina** (ASSAL), que se realizou em Lisboa (24 e 28 de abril).



Avaliação do setor segurador português efetuado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito do *Financial Sector Assessment Program* (FSAP).

“Supervision of financial institutions is active, professional, well organized, and highly compliant with international standards.”

“The insurance supervisor (ISP) is very professional.”

Financial System Stability Assessment/INTERNATIONAL MONETARY FUND
Report October 2006

Novo **Plano de Contas para as Empresas de Seguros**, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2008, aprovado pela Norma n.º 4/2007-R, de 27 de abril. Acolhe o regime estabelecido nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), com exceção da IFRS 4, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando (> continua)

2007

Renovação do mandato de **Rui Carlos Alvarez Carp** para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ISP por Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2007, de 24 de julho.

Publicada a **3.ª edição**, pelo ISP, da obra de Pedro de Santarém, ***Tractatus de Assecurationibus et Sponsionibus*** (*Tratado de Seguros e de Promessas entre Mercadores*), um dos mais antigos tratados em matéria de seguros, publicado pela primeira vez em 1552, na cidade de Veneza.



(< continua) a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro as regras e os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudenciais em vigor.

Aprovação do Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio, que **alterou o regime jurídico do Fundo de Acidentes de Trabalho** (FAT) e estabeleceu um regime próprio de atualização anual das pensões de acidentes de trabalho.

Aprovação do regime do **sistema do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel**, pelo Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, que entre outros objetos, vem reforçar a proteção do lesado por sinistro automóvel.

Comemoração do **I Centenário da Supervisão de Seguros em Portugal** (21 de outubro de 2007), desenvolvendo-se as seguintes ações: realização de um Colóquio Internacional; reedição do primeiro *Tratado de Seguros e de Promessas entre Mercadores*, de Pedro Santarém; lançamento de uma medalha comemorativa do centenário; e produção de uma edição especial da revista *Fórum*.

VI Colóquio Internacional sobre Solvência e Fundos de Pensões, Lisboa (25 de outubro), cujo tema central foi o projeto Solvência II.



HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

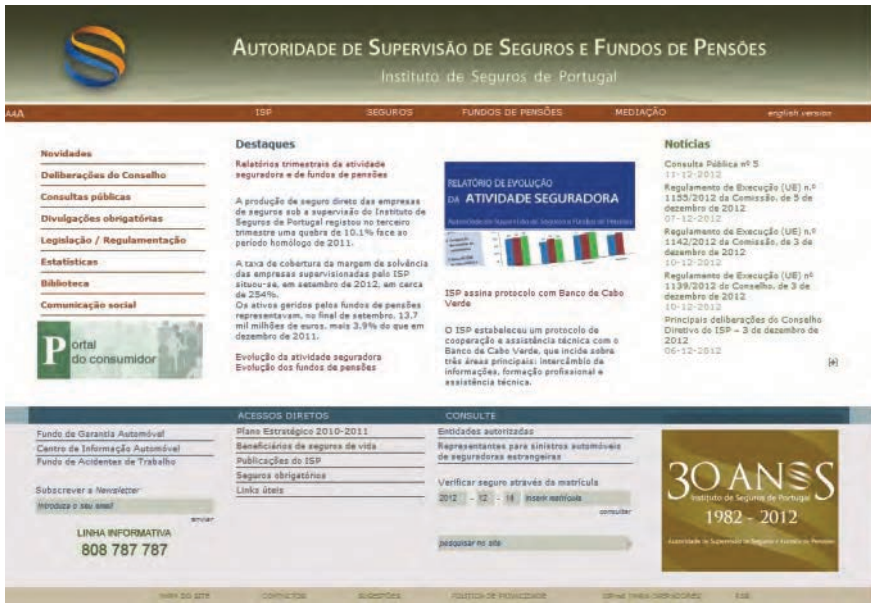
Assinatura de um memorando de entendimento entre o Ministério das Finanças e da Administração Pública e as autoridades de supervisão do sector financeiro – Banco de Portugal, Instituto de Seguros de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários –, mediante o qual se cria o **Comité Nacional para a Estabilidade Financeira**.

Aprovação do **regime jurídico do contrato de seguro**, pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, agregando num único instrumento, sob forma consolidada, o regime aplicável ao contrato de seguro.

Criação do **Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA)**, pelo Decreto-Lei n.º 25/2008, de 20 de novembro, o qual integra representantes do Instituto de Seguros de Portugal, do Banco de Portugal, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças, competindo-lhe a organização de um sistema (> continua)

2008

Remodelação do **sítio do ISP na Internet** e revisão dos conteúdos disponibilizados. Para além da renovação da imagem, foi implementado um novo modelo de navegação e governação, desenvolveram-se novas funcionalidades de pesquisa orientada e foram criadas páginas temáticas agregadoras de informação.



HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

(< continua) de supervisão pública de todos os revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas, e, simultaneamente, assegurar uma cooperação e coordenação eficazes no domínio da supervisão de auditoria.



Diretiva n.º 2009/138/CE, de 25 de novembro, relativa ao **acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II)**.

Alteração do **logótipo do ISP**, mantendo-se o mesmo conceito, quer da letra “S”, quer da esfera armilar, mas conferindo um grafismo e cores diferentes ao símbolo e à inscrição do nome da instituição.



Instituto de Seguros de Portugal

HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2005/68/CE, de 16 de novembro, relativa ao resseguro e a revisão pontual do regime jurídico quanto às matérias relativas ao **sistema de governo e à conduta de mercado**, pelo Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro.

Aprovação da Norma n.º 8/2009, de 4 de junho, que veio estabelecer um conjunto de regras e princípios que deverão ser cumpridos pelas entidades gestoras de fundos de pensões, na área dos **sistemas de riscos e controlo interno**.

Aprovação pela Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho, dos princípios gerais a considerar pelas empresas de seguros no seu **relacionamento com os tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados**.

2009

Criação do **Portal do Consumidor** de seguros e dos fundos de pensões, enquanto ferramenta de divulgação de conteúdos especialmente direcionados para os consumidores dos produtos e serviços comercializados pelos operadores sujeitos à supervisão do ISP.



Mudança dos serviços do ISP para a Av. da República, n.º 76, em Lisboa, com exceção do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), que se mantiveram na Av. da República, n.º 59, em Lisboa.



HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

Aprovação da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamentou o **regime de reparação de acidente de trabalho e de doenças profissionais**, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais.

Inauguração da exposição **Metalla - Exposição de Medalhas e Cartazes Publicitários da Atividade seguradora**, no dia 21 de setembro, na galeria do ISP.

XIII Conferência Anual e a 6.ª Assembleia Geral da ASEL, Lisboa (21 a 24 de setembro de 2009).
Os temas abordados na conferência foram os seguintes: princípios de conduta de mercado, respostas à crise económica e financeira no âmbito dos sistemas provados de pensões, lições da crise financeira internacional, enquadramento dos fundos

de pensões no âmbito do sistema de segurança social de Angola, enquadramento e prática do microsseguro no Brasil e Solvência II.

1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012



31

32

33

34

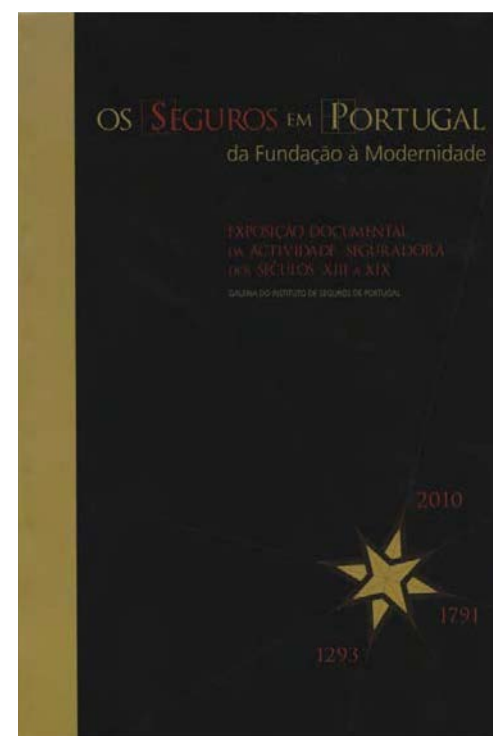
35



Aprovação dos princípios e regras a observar pelas empresas de seguros, mediadores de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões na **publicidade** por si efetuada, pela Norma n.º 3/2010-R, de 18 de março.

2010

Inauguração da exposição ***Os Seguros em Portugal – da Fundação à Modernidade***, no dia 15 de setembro, na galeria do ISP, dando-se a conhecer um conjunto de documentos determinantes para a compreensão da história dos seguros em Portugal.



Início da atividade da **Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)**, que substitui o CEIOPS, no contexto da implementação do novo sistema europeu de supervisão financeira. Em reunião realizada no dia 29 de outubro de 2009, em Berlim, os membros do Comité Europeu das Autoridades de (> continua)

2011

Lançamento do **Guia de Seguros e Fundos de Pensões**, publicação escrita em linguagem simples e clara, que pretende fornecer aos consumidores informação relevante sobre os tipos de contratos e procedimentos na área dos seguros e dos fundos de pensões.



O ISP, o Banco de Portugal e a CMVM apresentaram as principais linhas de orientação do **Plano Nacional de Formação Financeira**, aprovado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF).



HOME

MISSÃO
E VALORES

QUADRO
DE TRABALHADORES

NORMAS
E CIRCULARES

CRONOLOGIA

EMPRESAS
DE SEGUROS

FUNDOS
AUTÓNOMOS

COOPERAÇÃO
INSTITUCIONAL

MEDIADORES
DE SEGUROS

ORGANISMOS
DE SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES

(< continua) Supervisão de Seguros e Pensões Complementares de Reforma elegeram como novo Presidente Gabriel Bernardino, quadro dirigente do ISP.



2012

Nomeação de José António Figueiredo Almaça para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do ISP, bem como de Filipe Aleman Serrano e de Maria de Nazaré Barroso,

para o cargo de Vice-Presidente e de Vogal, respetivamente, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2012, de 23 de agosto, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2012.

Lançamento do portal Todos Contam, pelo ISP, CMVM e Banco de Portugal, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, destinado a promover a formação financeira da população portuguesa e uma cidadania financeira responsável.



2012 }

Dia da Formação Financeira, promovido pelo Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros (CNSF), no dia 31 de outubro (data em que anualmente se comemora o Dia Mundial da Poupança), com o objetivo sensibilizar a população para a importância da literacia financeira.

As iniciativas tiveram lugar em Lisboa e no Porto e incluíram a exposição de projetos de formação financeira e um conjunto de conferências dedicadas ao tema da literacia financeira.



EMPRESAS DE SEGUROS ESTABELECIDAS EM PORTUGAL

1982

ACE - Seguro de Fronteira
Aliança Seguradora, E.P.
Alpina S.A.
Assicurazioni Generali, S.p.A.
Commercial Union Assurance Company, Ltd.
Companhia de Seguros A Social
Companhia de Seguros Açoreana
Companhia de Seguros Bonança, E.P.
Companhia de Seguros Europeia
Companhia de Seguros Garantia
Companhia de Seguros Império, E.P.
Companhia de Seguros Metrópole
Companhia de Seguros Mundial Confiança, E.P.
Companhia de Seguros Portugal
Companhia de Seguros Portugal Previdente
Companhia de Seguros Sociedade Portuguesa de Seguros
Companhia de Seguros Tranquilidade, E.P.
Companhia Portuguesa de Resseguros, E.P.
Cosec – Companhia de Seguro de Créditos, E.P.

2012

A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros
A Prima Fija - Sucursal em Portugal
Ace Europe Life Limited
Ace European Group Limited
ACP Mobilidade - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.
ADA, Ayuda del Automovilista, S.A. de Seguros Y Reaseguros
AGA International SA - Sucursal em Portugal
Aide Asistencia, Seguros Y Reaseguros, S.A.
AIG Europe Limited
American Life Insurance Company
ARAG Compañía International de Seguros Y Reaseguros, S.A.
Asefa, S.A. Seguros Y Reaseguros - Sucursal em Portugal
Axa Life Europe Limited
AXA Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
AXA Portugal - Companhia de Seguros, S.A.
Axeria Prevoyance
BBVASeguros, S.A. de Seguros Y Reaseguros
BES, Companhia de Seguros, S.A.
BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

EMPRESAS DE SEGUROS ESTABELECIDAS EM PORTUGAL

1982

Eagle Star Insurance Company, Ltd

España, S.A. (Compañía Nacional de Seguros)

Fidelidade – Grupo Segurador, E.P.

Gan – Incendie Accidents - Compagnie Française d'Assurances et de Réassurances

Incendie Accidents et Risques Divers

Gan – Vie – Compagnie Française d'Assurances sur la Vie

Guardian Assurance Company, Ltd

La Baloise – Compañía de Seguros

La Equitativa (Fundación Rosillo) – Ramo Vida

La Equitativa (Fundación Rosillo) – Riscos diversos

La Préservatrice

La Union y El Fénix Español

Legal & General Assurance Society, Ltd.

L'Union des Assurances de Paris – I.A.R.D.

L'Union des Assurances de Paris – Vie

Mútua dos Armadores da Pesca da Sardinha

Mútua dos Armadores da Pesca do Arrasto

Mútua dos Navios Bacalhoeiros

Mútua dos Pescadores

2012

BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A.

Cardif Assurances Risques Divers

Cardif Assurances Vie

Cares - Companhia de Seguros, S.A.

CNP Barclays Vida Y Pensiones, Compañía de Seguros, S.A. - Agência Geral em Portugal

Compagnie Française d'Assurances pour le Commerce Extérieur

Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.

Compañía Española de Seguros de Credito a la Exportation, S.A.

Compañía de Seguros Y Reaseguros (CESCE)

Compañía Española de Seguros Y Reaseguros de Crédito Y Caución, S.A.

Compania Europea de Seguros, S.A.

Cosec - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.

Crédito Agrícola Seguros - Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.

Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A.

España, S.A. - Compañía Nacional de Seguros

Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

EMPRESAS DE SEGUROS ESTABELECIDAS EM PORTUGAL

1982

Norwich Union Fire Insurance Society, Ltd.
O Trabalho – Companhia de Seguros
Pearl Assurance Company, Ltd.
Phoenix Assurance Company, Ltd.
Royal Exchange Assurance
Royal Insurance Company, Ltd.
Sun Insurance Office, Ltd.
The Motor Union Insurance Company, Ltd.
The Northern Assurance Company, Ltd.
The Prudential Assurance Company, Ltd.
The Scottish Union & National Insurance Company
The World Marine & General Insurance Company, Ltd.
Victoria

2012

Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.
Financial Assurance Company Limited
Financial Insurance Company Limited
Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Generali - Companhia de Seguros, S.p.A. - Sucursal em Portugal
Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Genworth Financial Mortgage Insurance Limited
Groupama Seguros de Vida, S.A.
Groupama Seguros, S.A.
Hilo Direct Seguros Y Reaseguros, S.A.U.
Hiscox Insurance Company Limited
Inter Partner Assistance, S.A.
Liberty Seguros, S.A.
London General Insurance Company Limited
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Macif Portugal, Companhia de Seguros, S.A.
Mapfre Asistencia, Compañía Internacional de Seguros Y Reaseguros, S.A.

1982

2012

Mapfre Seguros de Vida, S.A.

Mapfre Seguros Gerais, S.A.

Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.

MetLife Europe Insurance Limited

MetLife Europe Limited

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Mutua de Riesgo Marítimo, Sociedad de Seguros a Prima Fija (Murimar)

Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L.

N Seguros, S.A.

Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.

Prevision Sanitaria Nacional P.S.N. Mutua de Seguros Y Reaseguros a Prima Fija - Sucursal em Portugal

Prévoir - Vie Groupe Prévoir

Real Vida Seguros, S.A.

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Seguro Directo Gere - Companhia de Seguros, S.A.

Seguros Logo, S.A.

EMPRESAS DE SEGUROS ESTABELECIDAS EM PORTUGAL

1982

2012

Society of Lloyd's - Sucursal em Portugal
T-Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.
Victoria - Seguros de Vida, S.A.
Victoria - Seguros, S.A.
Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.
Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal

ENTIDADES GESTORAS DE FUNDOS DE PENSÕES

1988

Aliança Seguradora
American Life
Bonança
Fungeste
Futuro
Gan-Vie

2012

ALLIANZ - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
American Life Insurance Company
Axa Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
BANIF AÇOR PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
BBVA FUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
BBVASeguros, S.A. de Seguros Y Reaseguros

ENTIDADES GESTORAS DE FUNDOS DE PENSÕES

1988

Império
Ocidental – Vida
Praemium
Previsão
Segurança Reforma
S.G. do Banco de Portugal
S.G.F.
Sociedade Portuguesa de Seguros
Somaf
Tranquilidade
Unipensão
Vanguarda
Victória

2012

BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A.
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
CNP Barclays Vida Y Pensiones, Compañia de Seguros, S.A. - Agência Geral em Portugal
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A.
ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.
FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Groupama Seguros de Vida, S.A.
Liberty Seguros, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
PREVISÃO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Real Vida Seguros, S.A.

ENTIDADES GESTORAS DE FUNDOS DE PENSÕES

1988

2012

SANTANDER PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do BANCO DE PORTUGAL, S.A.

Victoria - Seguros de Vida, S.A.

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

FUNDOS AUTÓNOMOS GERIDOS PELO ISP

Fundo de Garantia Automóvel

O Fundo de Garantia Automóvel (FGA) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 408/79, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 58/79, ambos de 25 de setembro. Atualmente, o Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, define o âmbito de intervenção e as atribuições do FGA.

Em caso de acidente de viação ocorrido em Portugal, cumpre ao FGA satisfazer, até ao limite do capital mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, as indemnizações que se mostrem devidas por:

- Danos corporais, quando o responsável seja desconhecido ou não beneficie de seguro de responsabilidade civil automóvel válido e eficaz.
- Danos materiais quando, sendo o responsável desconhecido, deva o FGA satisfazer uma indemnização por danos corporais significativos ou o veículo causador, não beneficiando de seguro válido e eficaz, tenha sido abandonado no local do acidente e a autoridade policial confirme a sua presença no respetivo auto de notícia ou a prova produzida permita proceder, acima de qualquer dúvida razoável, à sua identificação.

notícia ou a prova produzida permita proceder, acima de qualquer dúvida razoável, à sua identificação.

O FGA assume ainda as responsabilidades das empresas de seguros que sejam declaradas em estado de insolvência, no que respeita às indemnizações devidas por dano corporal.

O FGA exerce as funções de Organismo de Indemnização e as de Centro de Informação, no âmbito da Diretiva n.º 2000/26/CE, de 16 de maio de 2000, designada por Quarta Diretiva Automóvel.

Fundo de Acidentes de Trabalho

O Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2007 de 10 de maio.

Ao Fundo de Acidentes de Trabalho compete, entre outros casos, o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de falência ou, processo

equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;

É também competência do Fundo de Acidentes de Trabalho o reembolso às empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por

morte, bem como às atualizações da prestação suplementar por assistência de terceira pessoa derivadas de acidentes de trabalho.

Este Fundo garante ainda o pagamento dos prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer.

NO ÂMBITO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, O ISP COLABORA COM AS AUTORIDADES NACIONAIS NOS DOMÍNIOS DA SUA COMPETÊNCIA SALIENTANDO-SE, EM PARTICULAR, A ARTICULAÇÃO COM AS OUTRAS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO DO SETOR FINANCEIRO NACIONAL, O BANCO DE PORTUGAL (BDP) E A COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMVM).

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), criado pelo Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro, tem como objetivo promover a articulação entre as três autoridades de supervisão do sistema financeiro através, designadamente, de uma abordagem comum de questões intersetoriais, do estabelecimento de canais de comunicação estruturados entre as três autoridades e da eliminação de potenciais conflitos de competências ou lacunas regulamentares.

NO ÂMBITO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, O ISP COLABORA COM AS AUTORIDADES NACIONAIS NOS DOMÍNIOS DA SUA COMPETÊNCIA SALIENTANDO-SE, EM PARTICULAR, A ARTICULAÇÃO COM AS OUTRAS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO DO SETOR FINANCEIRO NACIONAL, O BANCO DE PORTUGAL (BDP) E A COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMVM).

Comité Nacional para a Estabilidade Financeira (CNEF), instituído em 2007 através de memorando de entendimento entre o Ministério das Finanças e da Administração Pública e as autoridades de supervisão do setor financeiro com o objetivo de promover mecanismos de cooperação para o reforço da estabilidade financeira a nível nacional.

NO ÂMBITO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, O ISP COLABORA COM AS AUTORIDADES NACIONAIS NOS DOMÍNIOS DA SUA COMPETÊNCIA SALIENTANDO-SE, EM PARTICULAR, A ARTICULAÇÃO COM AS OUTRAS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO DO SETOR FINANCEIRO NACIONAL, O BANCO DE PORTUGAL (BDP) E A COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMVM).

Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), criado pelo Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro, integra o Instituto de Seguros de Portugal, o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças, competindo-lhe a organização de um sistema de supervisão pública de todos os revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas, e, simultaneamente, assegurar uma cooperação e coordenação eficazes no domínio da supervisão de auditoria.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões

Complementares de Reforma (European Insurance and Occupational Pensions Authority – EIOPA), que tem por missão contribuir para a estabilidade do sistema financeiro, para a transparência dos mercados e produtos financeiros, e proteger os interesses dos segurados e detentores de planos de pensões e respetivos beneficiários.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Grupo de Ação Financeira contra o Branqueamento de Capitais (Financial Action Task Force - FATF - Groupe d'action financière - GAFI), que tem como objetivo desenvolver e promover políticas, a nível nacional e internacional, de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Associação Internacional contra a Fraude nos Seguros (International Association of Insurance Fraud Agencies - IAIFA), que tem como objetivo coordenar os esforços de formação e educação das agências de aplicação da lei, órgãos governamentais e da indústria de seguros para prevenir e combater eficazmente a fraude nos seguros.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Comité Europeu do Risco Sistémico (European Systemic Risk Board – ESRB), que tem por objetivo assegurar a supervisão macroprudencial do sistema financeiro na União, a fim de contribuir para a prevenção ou a atenuação dos riscos sistémicos para a estabilidade financeira decorrentes da evolução do sistema financeiro e tendo em conta a evolução macroeconómica, por forma a evitar períodos de crise financeira generalizada.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Associação Internacional de Supervisores de Seguros (International Association of Insurance Supervisors

- **IAIS**), que representa os reguladores e os supervisores de seguros de cerca de 190 jurisdições em mais de 140 países, para além de contar com mais de 120 observadores.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL),
que congrega os supervisores de seguros e organismos
similares dos países de língua oficial portuguesa, estando
vocacionado para a cooperação e ajuda mútua.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Organização Internacional dos Supervisores de Pensões (International Organisation of Pension Supervisors

- **IOPS**), que representa as entidades de supervisão dos sistemas de pensões privados, contando cerca de 70 membros e observadores de cerca de 60 países e territórios em todo o mundo.

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Associação de Supervisores de Seguros da América Latina (ASSAL), que reúne as autoridades de supervisão de seguros da América Latina. Constituída por 22 países (20 países latino-americanos como membros de plenos direitos e dois membros aderentes, Espanha e Portugal, com o estatuto de observadores).

PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO CONGÉNERES DE OUTROS PAÍSES, O ISP INTEGRA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD), que integra 34 países e tem como objetivo apoiar um crescimento económico duradouro; desenvolver o emprego; aumentar o nível de vida; manter a estabilidade financeira; ajudar os outros países a desenvolverem as suas economias; e contribuir para o crescimento do comércio mundial. O ISP mantém uma participação ativa nos trabalhos do Comité de Seguros e Fundos de Pensões da OCDE (Insurance and Private Pensions Committee) e respetivos grupos de trabalho.

NO QUADRO EUROPEU, O ISP COLABORA AINDA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

European Statistics (Eurostat), que produz dados estatísticos para a União Europeia e promove a harmonização dos métodos estatísticos entre os Estados-Membros.

Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), que representa o Estado Português nas diversas Instituições da União Europeia e assegura a defesa dos seus interesses nos vários níveis e âmbito de decisão.

MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Em 1982 a atividade de mediação de seguros era regulada pelo Decreto-Lei n.º 145/79, de 23 de maio. O número de mediadores inscritos no Instituto de Seguros de Portugal totalizava 60 039, existindo 46 349 mediadores com inscrição definitiva e 13 690 com inscrição provisória.

Em 2012, a atividade de mediação de seguros é regulada pelo Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, estando, em 1 de janeiro, registados 25 397, divididos em três categorias, mediadores de seguros ligados, agentes de seguros e corretores de seguros.

Em 1982, para se registarem como mediadores de seguros, os candidatos cumpriam um programa de formação básica, prestando depois provas perante um júri constituído por três profissionais de seguros - sendo um indicado pela empresa de seguros ou corretor de seguros proponente e os restantes designados pelo ISP.

Atualmente, os candidatos a mediadores de seguros obtêm a sua formação em cursos reconhecidos pelo ISP, sendo essa formação exigida não apenas para os próprios mediadores de seguros, mas também para todas as pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros.



ORGANISMOS DE SUPERVISÃO ANTERIORES À CRIAÇÃO DO ISP (1907-1982)

Conselho de Seguros

1907-1929

O Decreto de 21 de outubro de 1907 estabeleceu, pela primeira vez em Portugal, as condições gerais do exercício da atividade seguradora. Foi também este diploma que criou o Conselho de Seguros, ao qual foram atribuídas funções de coordenação e fiscalização do sector.

O Conselho de Seguros era dirigido pelo administrador da Caixa Geral de Depósitos e composto por dois juizes das varas comerciais de Lisboa, um professor de contabilidade e outro de operações financeiras do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, a primeira faculdade de economia do país.

Inspeção de Seguros

1929-1949

Organismo criado pelo Decreto-Lei n.º 17556, de 5 de novembro de 1929, com o objetivo de conferir maior rigor à fiscalização da atividade seguradora e aumentar a eficácia na proteção dos interesses dos segurados.

À Inspeção de Seguros competia exercer, em nome do Ministério das Finanças, do qual dependia diretamente, as funções de consulta e fiscalização anteriormente atribuídas ao Conselho de Seguros e quaisquer outras funções, relativas ao exercício da indústria de seguros, incumbidas pelo Ministério.

As competências de fiscalização atribuídas a este organismo exerciam-se nos domínios técnico, jurídico, financeiro, contabilístico e económico. De acordo com o Decreto-Lei n.º 17556, a estrutura da Inspeção era constituída por um inspetor e quatro subinspetores, dos quais dois atuários, um contabilista e um licenciado em Direito.

Inspeção-Geral de Crédito e Seguros

1949-1975

Em 1949, pelo Decreto-Lei n.º 37470, de 6 de julho, foi criada a Inspeção-Geral de Crédito e Seguros (IGCS), em resultado da reunião da Inspeção de Seguros e a da Inspeção de Comércio Bancário (criada em 1947 e que passou a ser designada por Inspeção de Crédito).

À IGCS foram atribuídas, para além das funções de inspeção entretanto extintas, a responsabilidade pela fiscalização da atividade financeira de entidades públicas ou particulares que, pela sua importância para o mercado de capitais, o Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, julgasse dever atribuir-lhe.

Em 1965, em resposta à acentuada expansão da atividade nos mercados monetário, de capitais e segurador e à consequente necessidade de reordenar e disciplinar a IGCS, foram reestruturados os serviços da Inspeção, pelo Decreto-Lei n.º 46493, de 18 de agosto, com especial incidência no seu quadro de pessoal.

São criados os cargos e inspetor superior, auditor jurídico, inspetor técnico de 1.ª e de 2.ª classe, sendo extintos os lugares de inspetor-chefe, inspetor e de subinspetor.

ORGANISMOS DE SUPERVISÃO ANTERIORES À CRIAÇÃO DO ISP (1907-1982)

Inspeção de Seguros

Instituto Nacional de Seguros

Inspeção-Geral de Crédito e Seguros

1975-1979

O Decreto-Lei n.º 301/75, de 20 de junho, extinguiu a Inspeção-Geral de Crédito e Seguros (IGCS), em consequência do disposto pelo Decreto-Lei n.º 452/74, de 13 de setembro, sobre a natureza e funções do Banco de Portugal e tendo em conta as nacionalizações operadas na banca, pelo Decreto-Lei n.º 132-A/75, de 14 de março.

As atribuições que por lei cabiam à Inspeção de Crédito passaram para o Banco de Portugal, continuando os serviços da Inspeção de Seguros a fazer parte da orgânica do Ministério das Finanças.

1976-1982

O Instituto Nacional de Seguros foi criado pelo Decreto-Lei n.º 11-B/76, de 13 de janeiro, com o objetivo de orientar e coordenar desenvolvimento de toda a atividade de seguros e resseguros e a definição de planos de evolução estrutural.

Pelo mesmo diploma foi nomeada uma Comissão Instaladora (CIINS) com a tarefa de assegurar a implementação do Instituto Nacional de Seguros (INS), o que viria a concretizar-se com o Decreto-Lei n.º 400/76, de 26 de maio, o qual veio aprovar o Estatuto do Instituto Nacional de Seguros (INS).

No seu Estatuto, o INS é apresentado como uma pessoa coletiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira e com atribuições que se traduziam fundamentalmente no planeamento da atividade seguradora e resseguradora;

na regularização do funcionamento e na normalização técnica e administrativa da atividade seguradora, através de normas regulamentares; na definição de planos de prevenção e segurança no âmbito do setor segurador; na elaboração de estudos de formação; no apoio técnico às empresas de seguros e resseguros; e na arbitragem de conflitos entre as empresas sob sua coordenação.

Este Instituto, com sede em Lisboa, delegação no Porto e representações no Funchal e em Ponta Delgada, era constituído por três órgãos sociais - Conselho Diretivo, o Conselho Nacional de Seguros e a Comissão de Fiscalização – e apresentava uma estrutura interna organizada em gabinetes e serviços especializados.

1979-1982

Organismo criado pelo Decreto-Lei n.º 513 - B1/79, de 27 de dezembro, na dependência do Ministério das Finanças e do Plano, resultado da necessidade de criar, em substituição da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros (IGCS), uma entidade com estrutura, dimensão e possibilidade de exercer com regularidade e eficiência as funções de inspeção do setor segurador e ressegurador, sem prejuízo das atribuições do Instituto Nacional de Seguros (INS).

A IGS tinha como principais atribuições a auditoria contabilística e a fiscalização das empresas de seguros e resseguros e da respetiva mediação.

Cabia-lhe, ainda, a iniciativa e a prática dos atos oficiais necessários à regularização das anomalias encontradas e o exercício de quaisquer outras tarefas incumbidas pelo Ministro das Finanças.

Em termos de estrutura, era dirigida pelo inspetor-geral de seguros, coadjuvado e substituído nas suas faltas pelo subinspetor - geral de seguros. Para além do conselho geral, a Inspeção-Geral dispunha também da repartição administrativa e de mais três direções: serviços técnicos; serviços de auditoria e inspeção e serviços jurídicos.

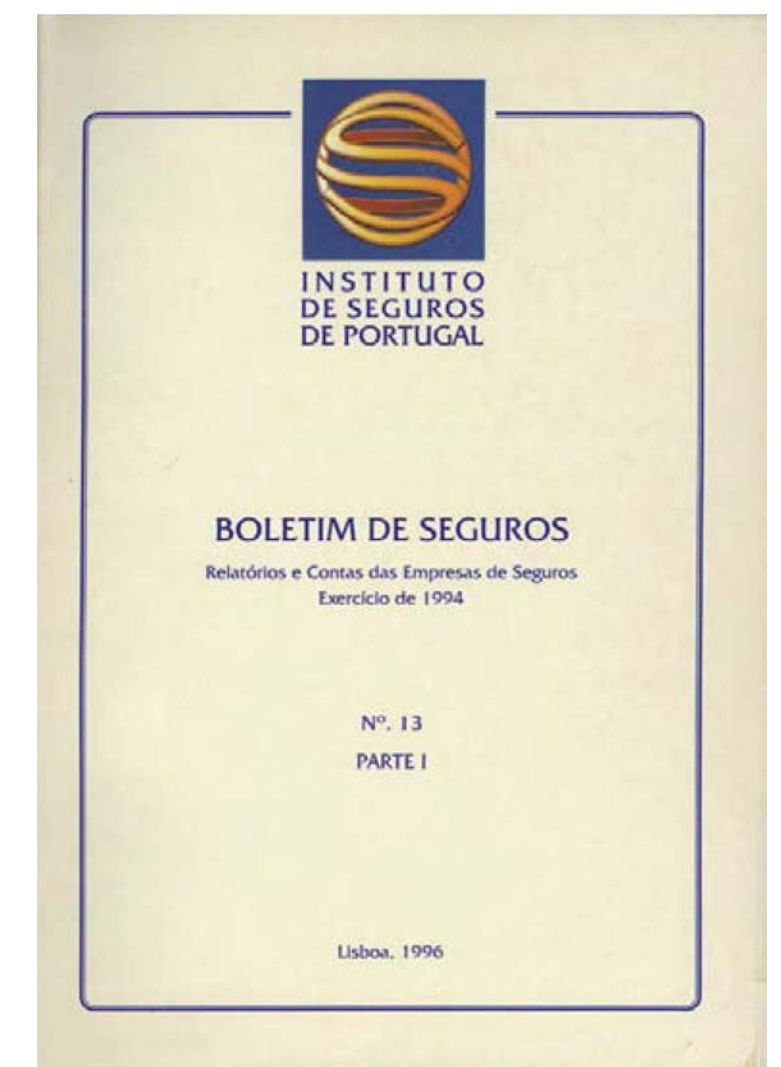
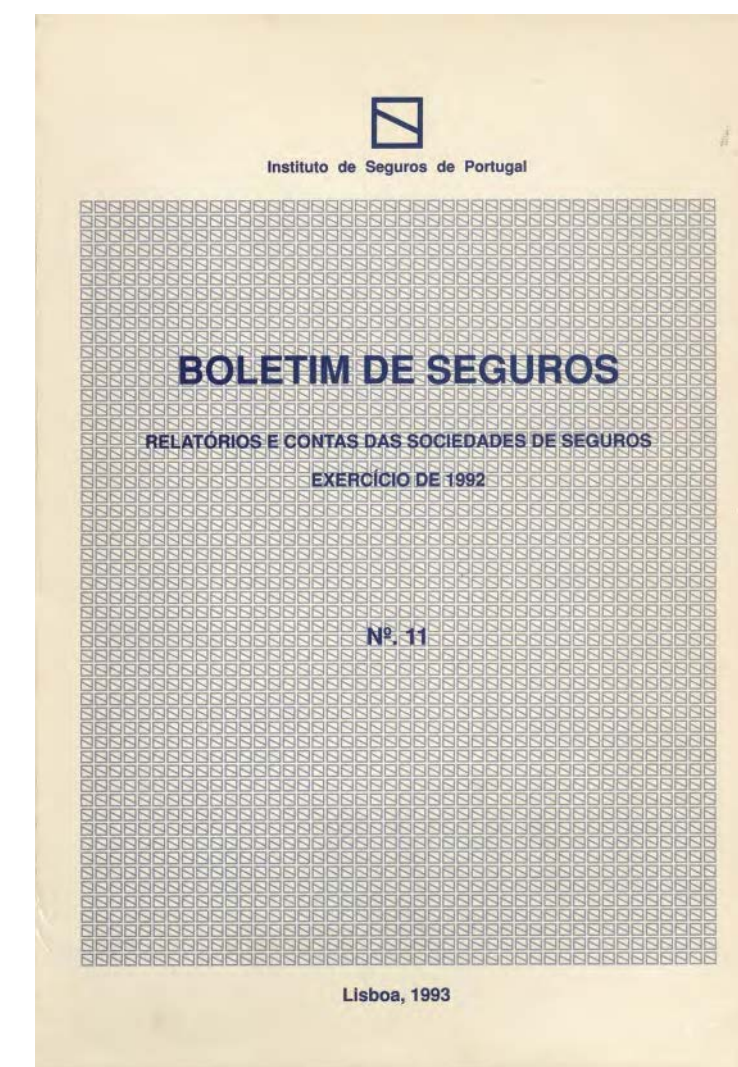
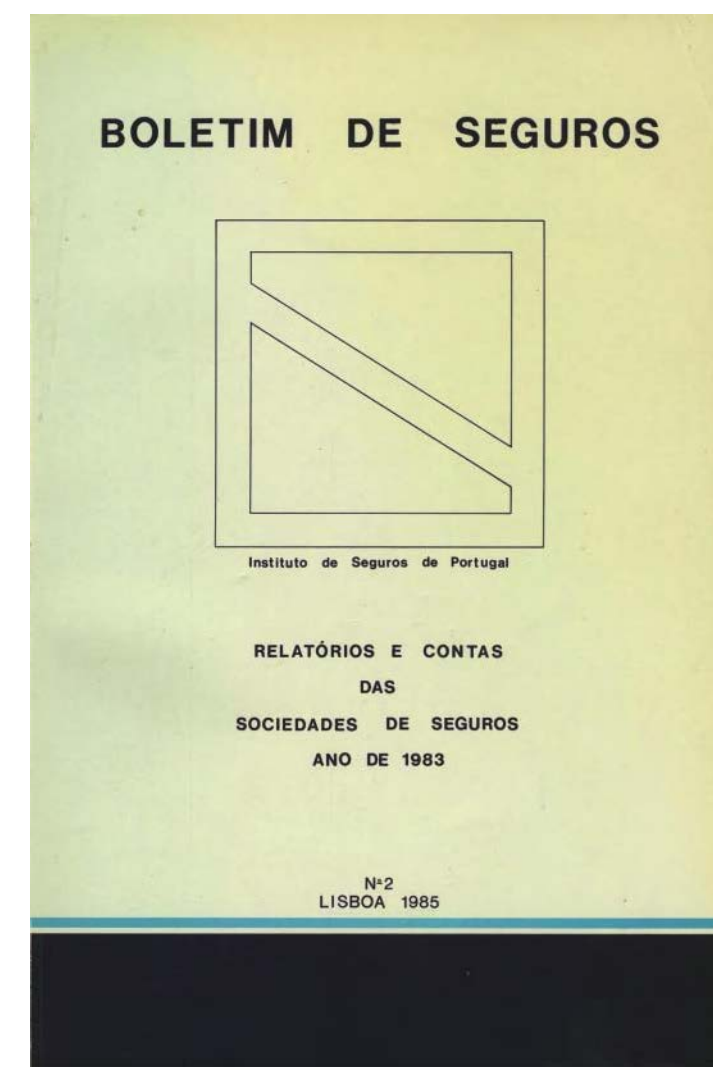
Boletim de seguros: 2.ª Série

A 2.ª série do *Boletim de Seguros* iniciou a sua publicação em 1930, pela Inspeção de Seguros, dividida em dois fascículos por ano.

A partir de 1983 começou a ser editada pelo ISP, dando cumprimento à alínea o) do n.º 2 do artigo 5.º do seu Estatuto, a qual previa que fosse editada uma publicação sobre o setor segurador, da qual constassem obrigatoriamente os **relatórios e contas das empresas de seguros e resseguros**, substituindo para os efeitos legais a publicação dos mesmos no *Diário da República*.

Em 1984 foi decidido recomeçar a sua numeração no n.º 1 e deixar de publicar o boletim “par”, no qual eram apresentados **estudos e outros elementos informativos**, passando então a divulgar-se apenas as contas.

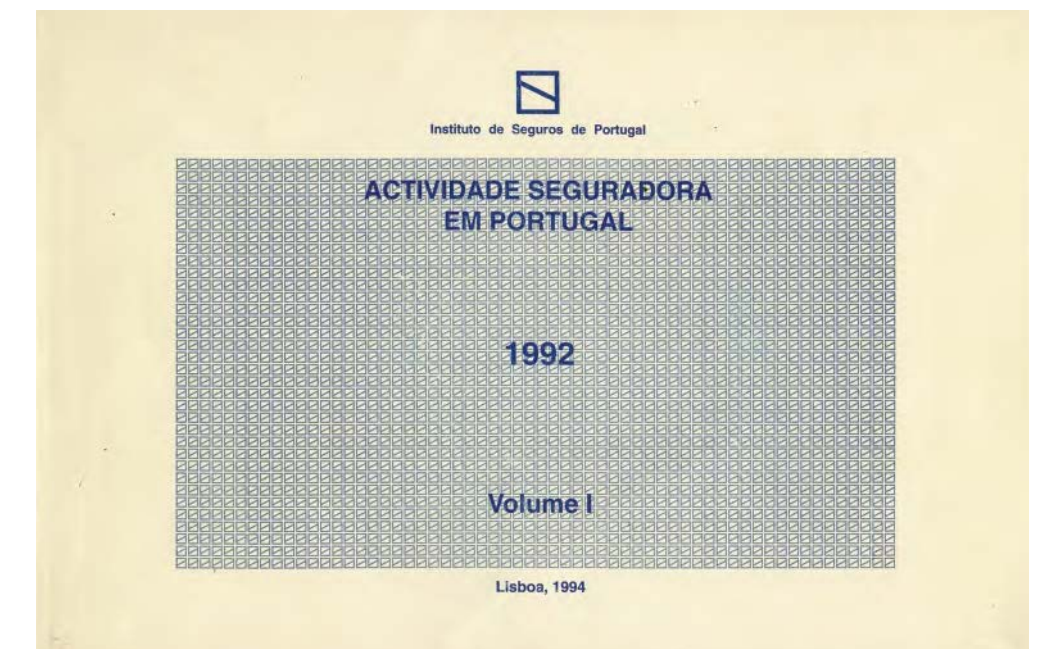
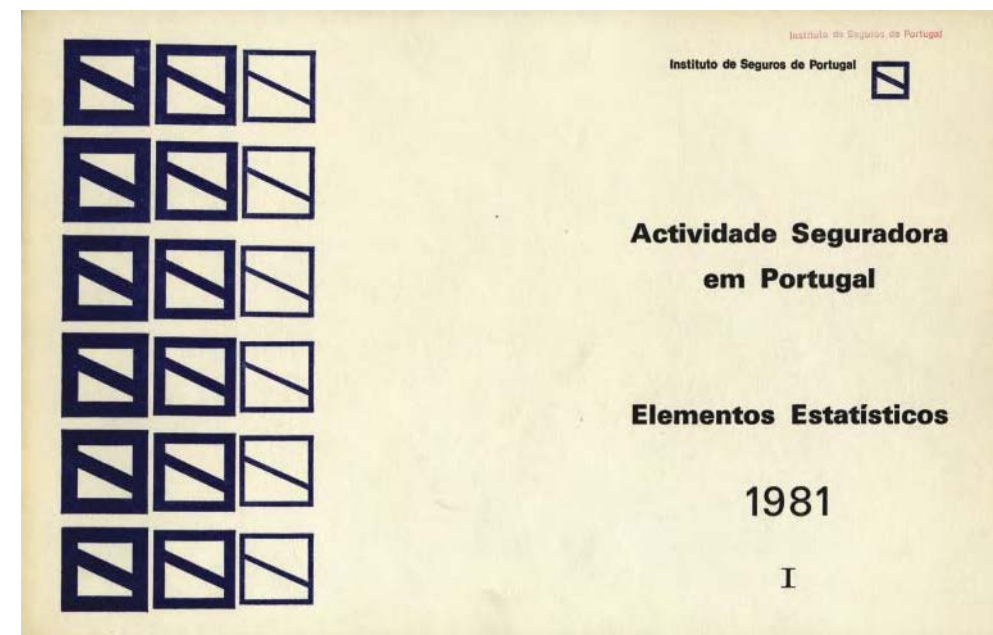
Em 1999 foi publicado o último número, contendo os **relatórios e contas das empresas de seguros** referentes ao exercício de 1996. A partir deste ano, as seguradoras foram dispensadas de publicar as suas contas neste boletim.



Elementos estatísticos I

Esta publicação, que teve início ainda com o Instituto Nacional de Seguros (INS), divulgava anualmente os **balanços e contas de ganhos e perdas** de todas as companhias de seguros e resseguros nacionais e das delegações e agências de companhias estrangeiras.

A sua edição foi interrompida em 1995 (publicando os dados relativos a 1993), passando este tipo de informação a estar disponível na publicação *Estatísticas de Seguros* e na brochura *Balanços e Contas de Ganhos e Perdas*.

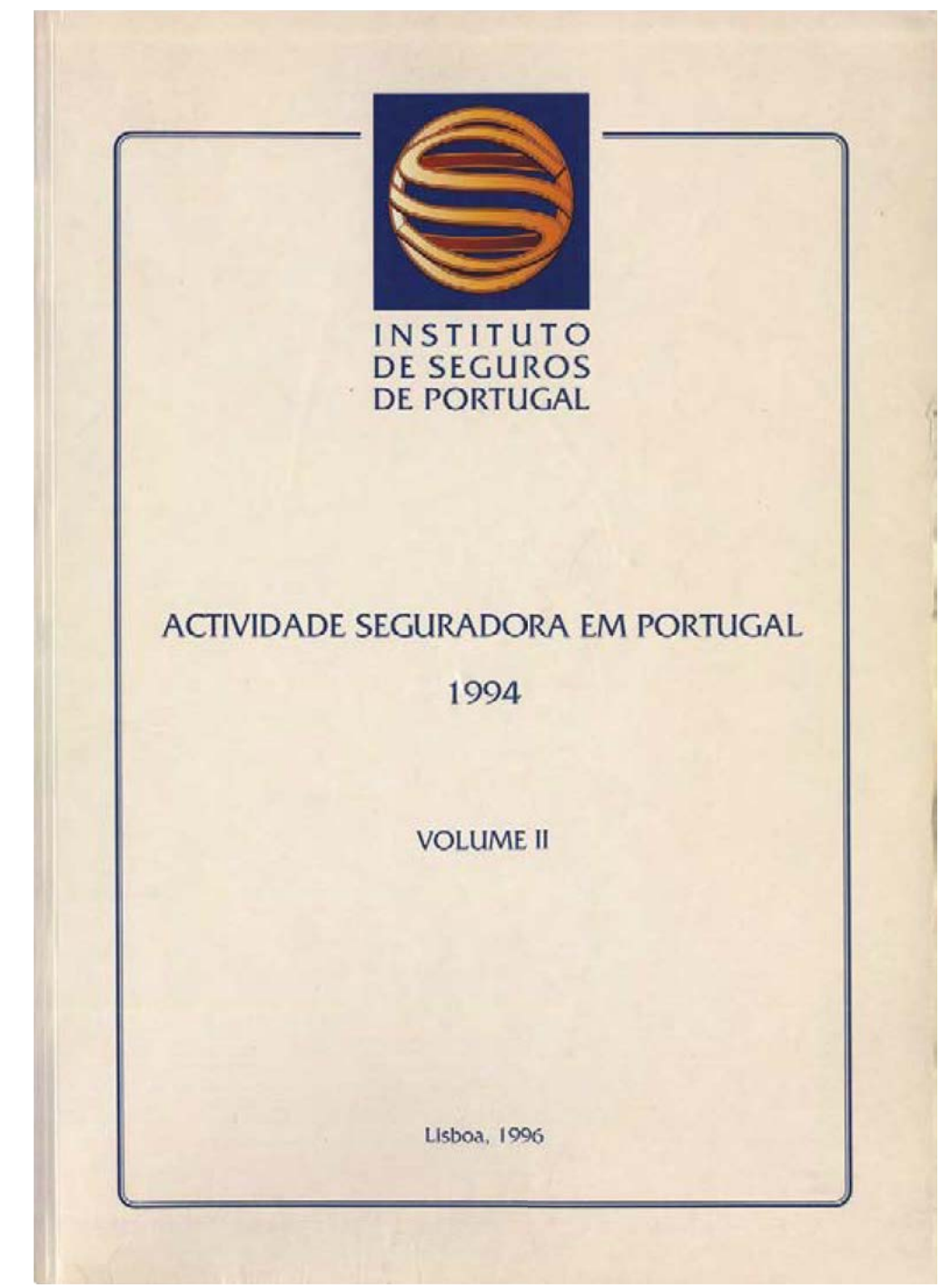
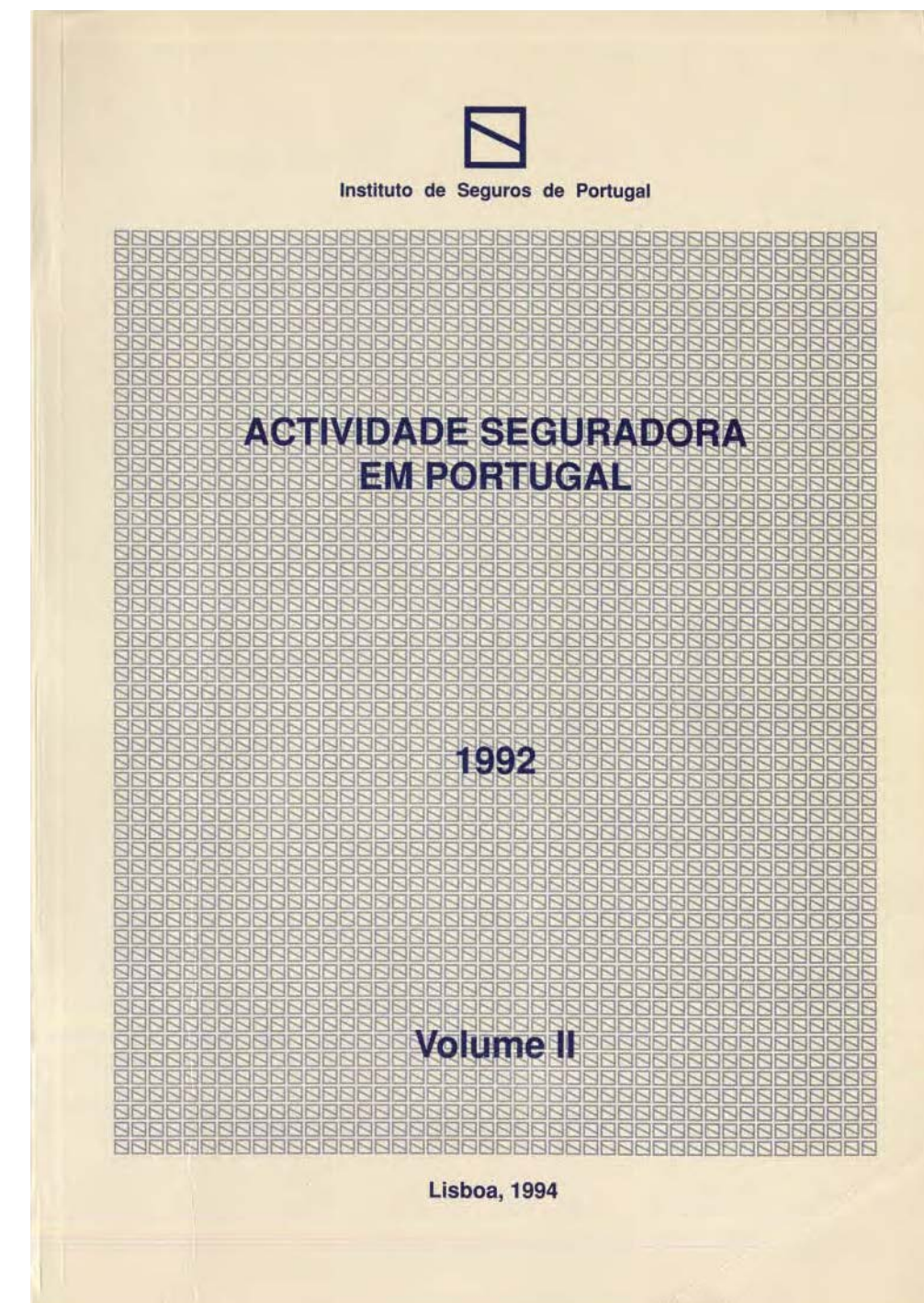


Elementos estatísticos II

Publicação anual que surgiu com o Instituto Nacional de Seguros (INS) tendo por objetivo dar continuidade aos elementos estatísticos que até 1975, inclusive, foram apurados pela Inspeção de Seguros e publicados na 2.ª série do *Boletim de Seguros*.

O ISP deu continuidade a esta publicação, a qual apresentava uma **análise das contas das seguradoras** e da evolução do mercado segurador.

Foi publicada pela última vez em 1996, com os dados referentes ao ano de 1994, conhecendo continuação com o *Relatório sobre o Setor Segurador*.



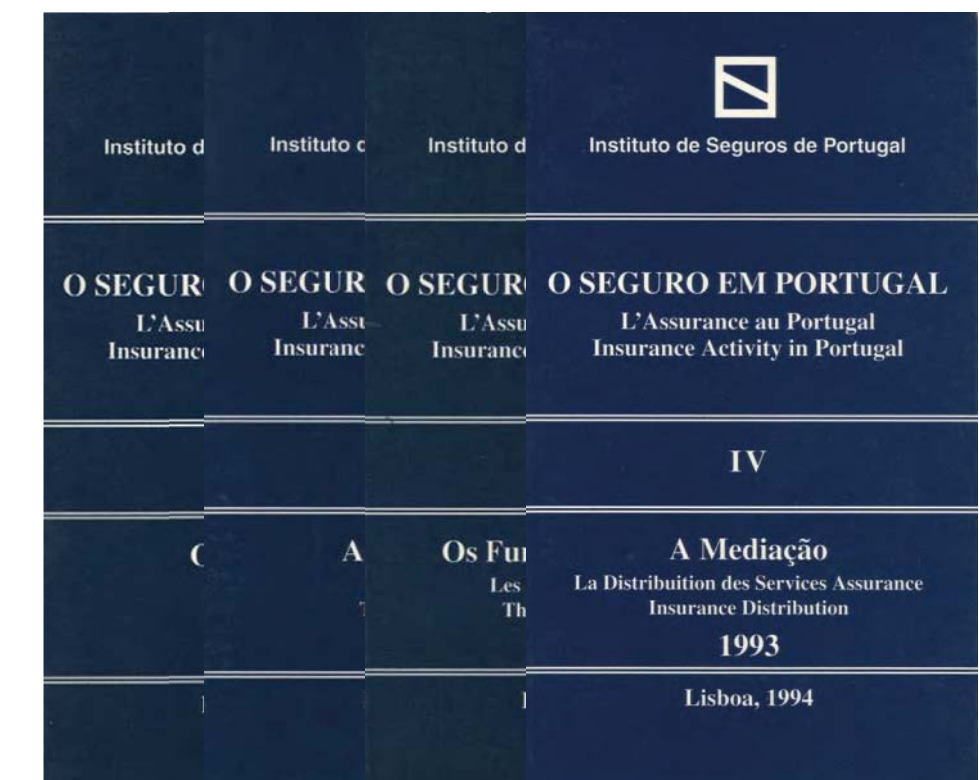
Seguros em Portugal

Série de desdobráveis publicada anualmente com o objetivo de fornecer **informação sucinta sobre a atividade seguradora** em Portugal, iniciada pelo Instituto Nacional de Seguros (INS).

Na primeira edição a cargo do ISP, esta série era composta por dois opúsculos: **Seguros em Portugal I** - que incluía elementos estatísticos das empresas de seguros - e **Seguros em Portugal II** - que apresentava a evolução da atividade seguradora em Portugal nos últimos cinco anos.

A partir de 1991 surge uma terceira brochura dedicada aos **fundos de pensões**. Em 1994 é publicado um quarto opúsculo com informação estatística relativa à **mediação de seguros** em Portugal.

Em 2005 abandonou-se a versão impressa, começando apenas a disponibilizar-se este tipo de informações em formato eletrónico, no sítio do ISP na Internet.

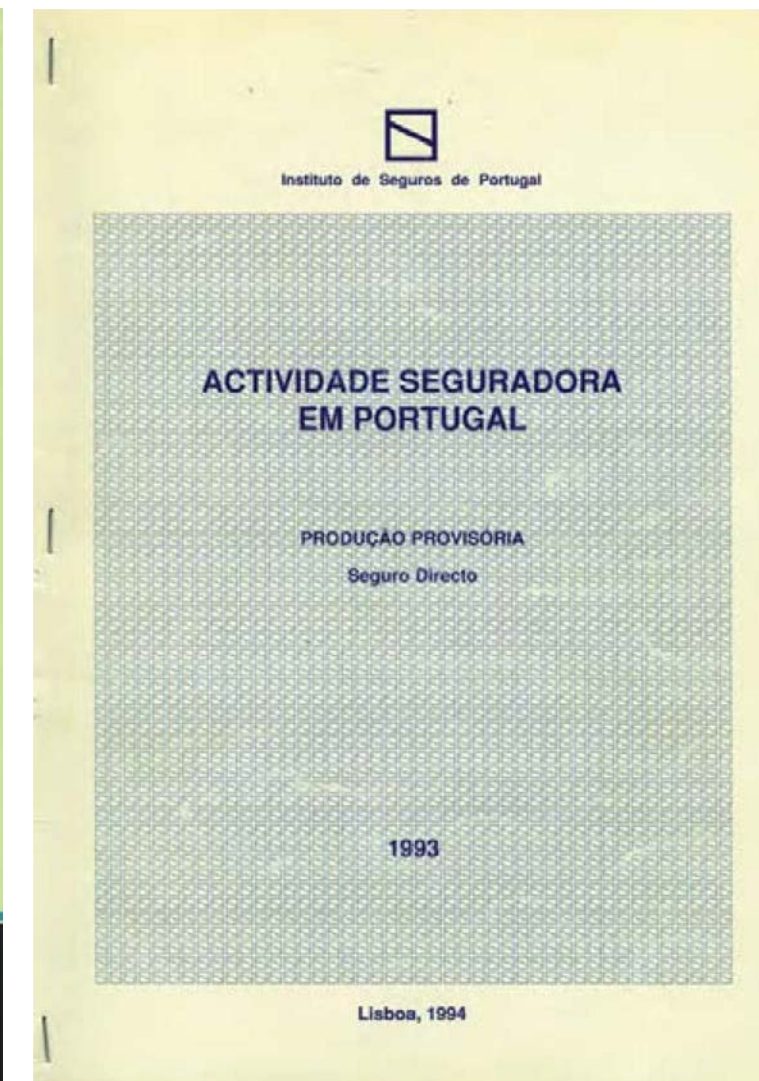
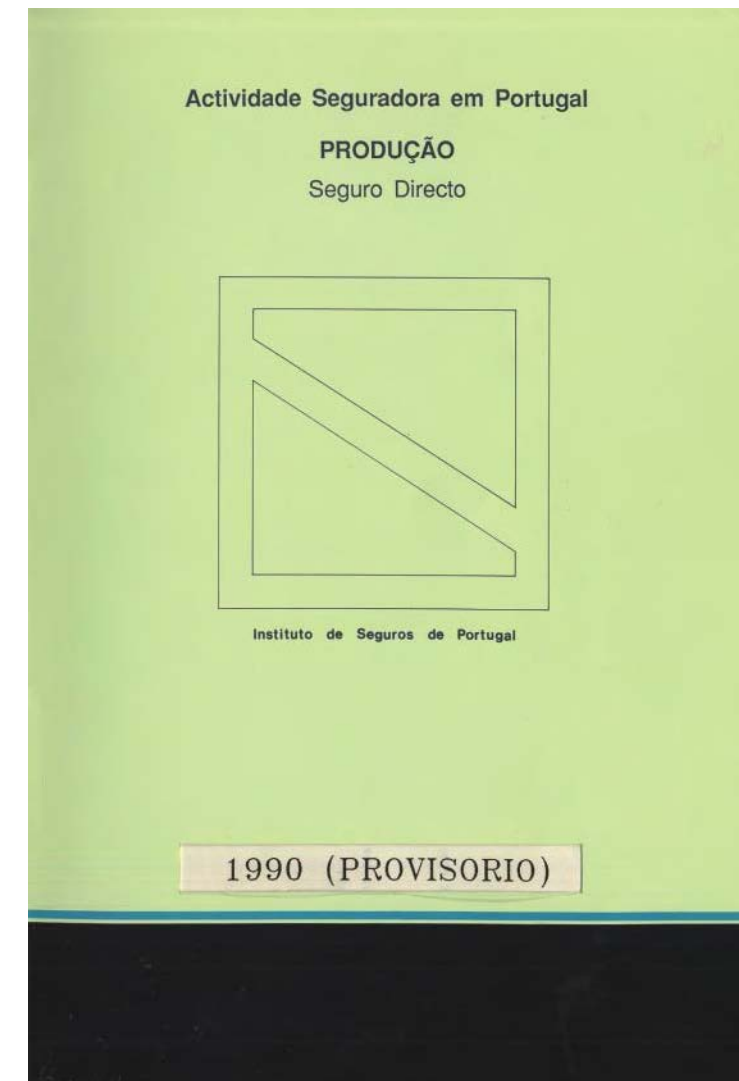


Prémios seguro directo

Esta brochura publicava os **dados provisórios sobre a produção das empresas de seguros**.

Começou em 1984 por se designar *Produção - Crescimento da carteira - Quota de mercado* e em 1990 exibia o título de *Produção Seguro Directo: Actividade Seguradora em Portugal*.

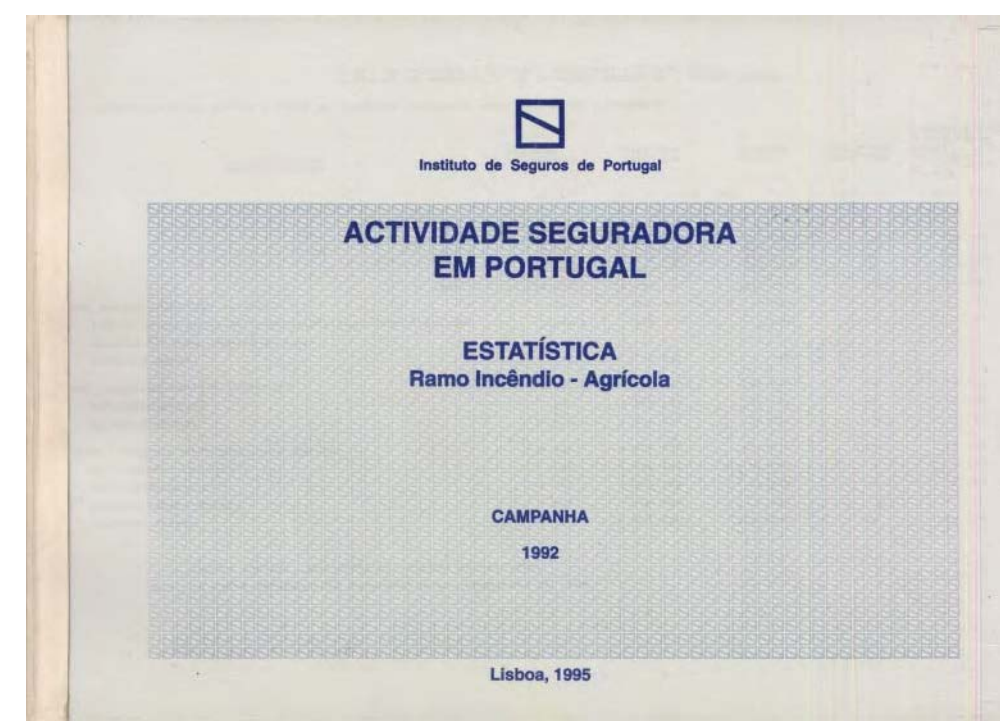
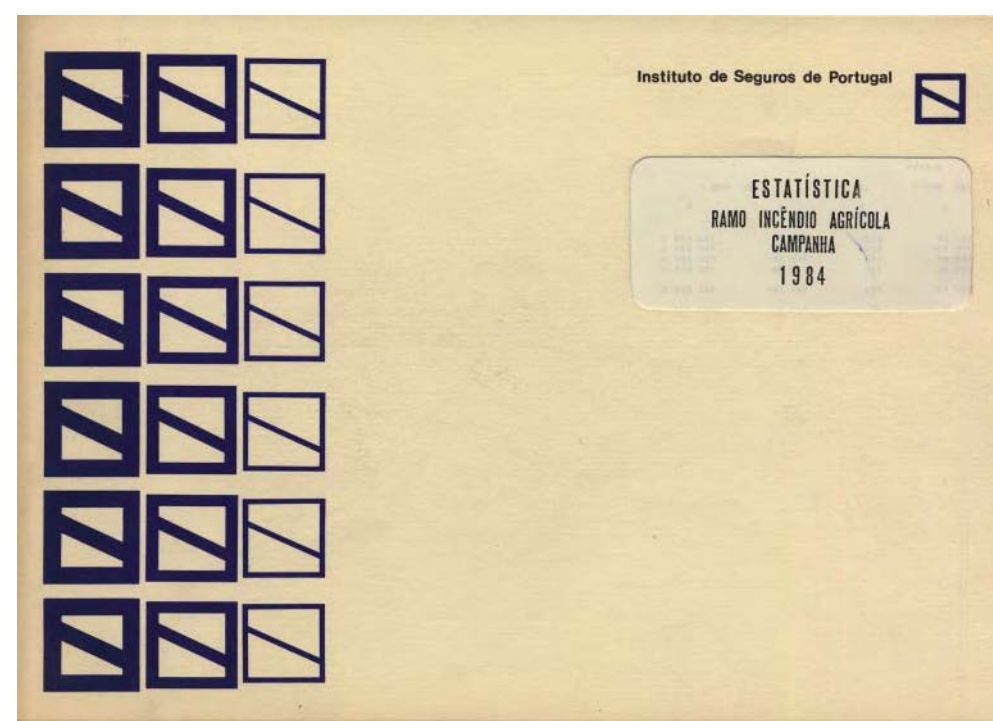
A partir de 2001, esta informação estatística passou a estar exclusivamente disponível no sítio do ISP na Internet, com o título *Prémios Seguro Directo*.



Estatística ramo incêndio agrícola: Campanha

Em 1984, o ISP começou a publicar as estatísticas relativas ao **seguro agrícola contra o risco de incêndio**, por matéria segura e por concelhos. Constituem conteúdos desta publicação, de periodicidade anual, as seguintes matérias: seguro de produtos e máquinas agrícolas; setor agrícola e setor florestal, por matéria segura; máquinas e alfaías agrícolas, por matéria segura; estatísticas por matérias seguras, do conjunto de atividade; e estatísticas por distrito/ concelhos/matérias seguras, do conjunto da atividade.

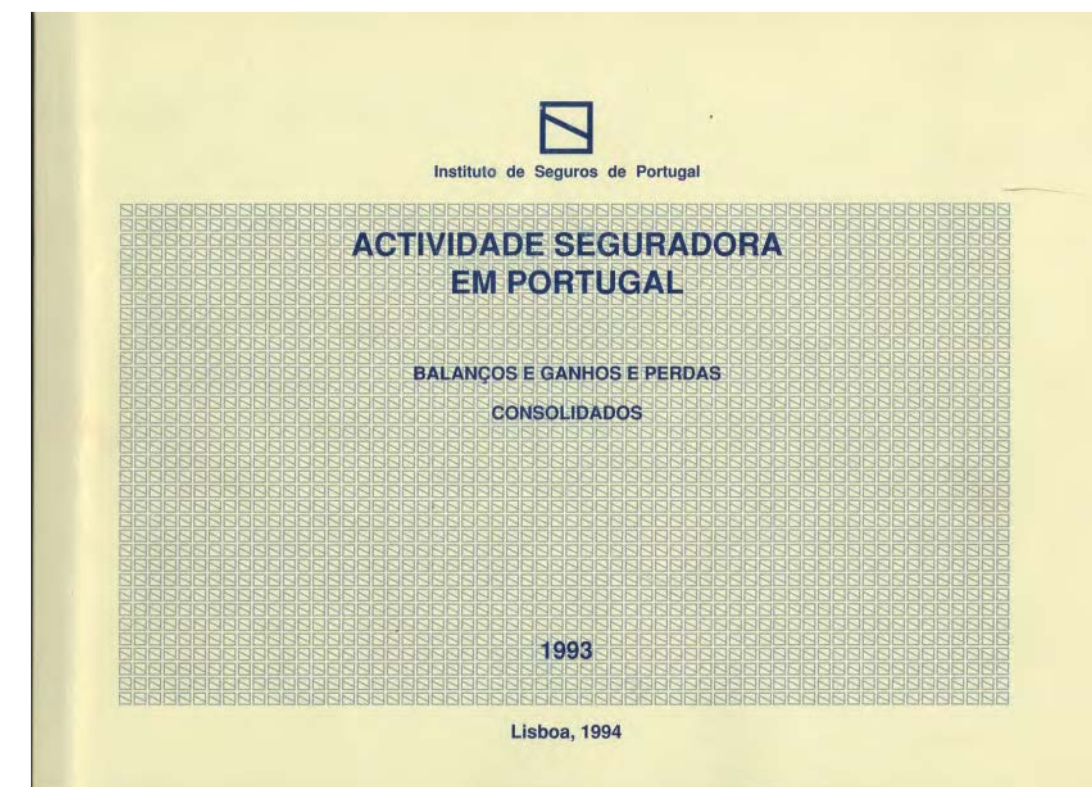
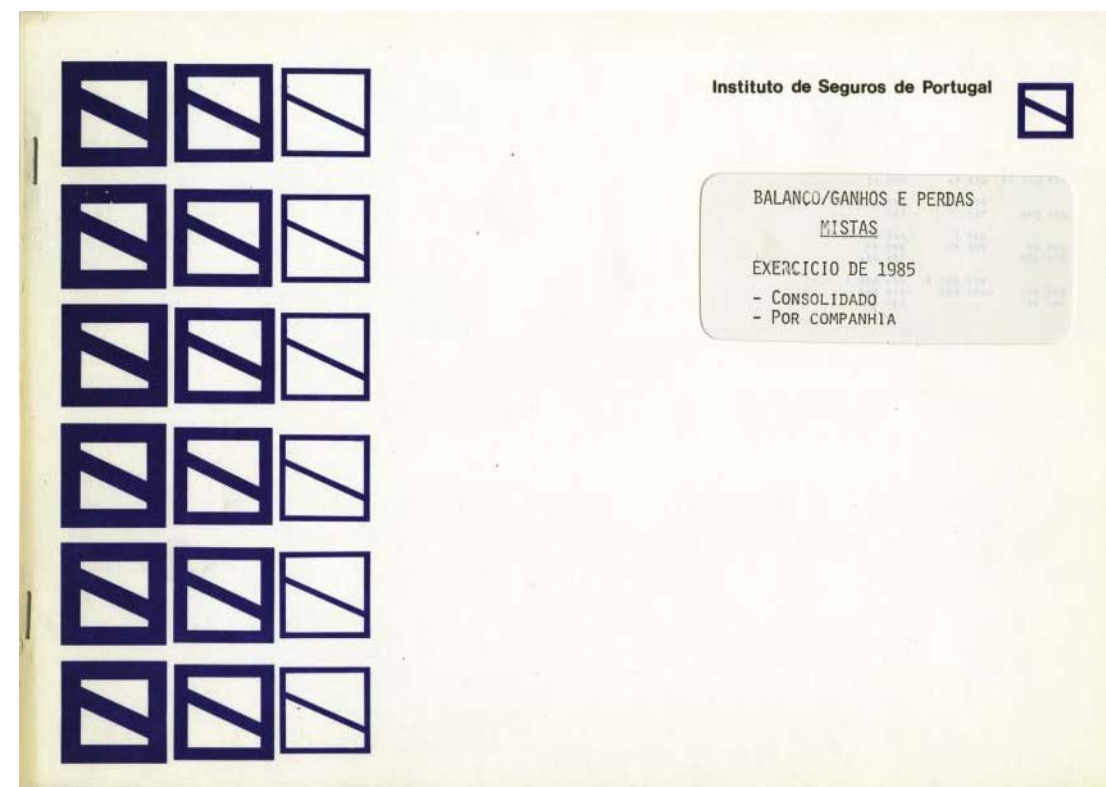
Em 2001 começou a ser publicada exclusivamente em versão eletrónica, disponível a partir do sítio do ISP na Internet.



Balanços e contas de ganhos e perdas

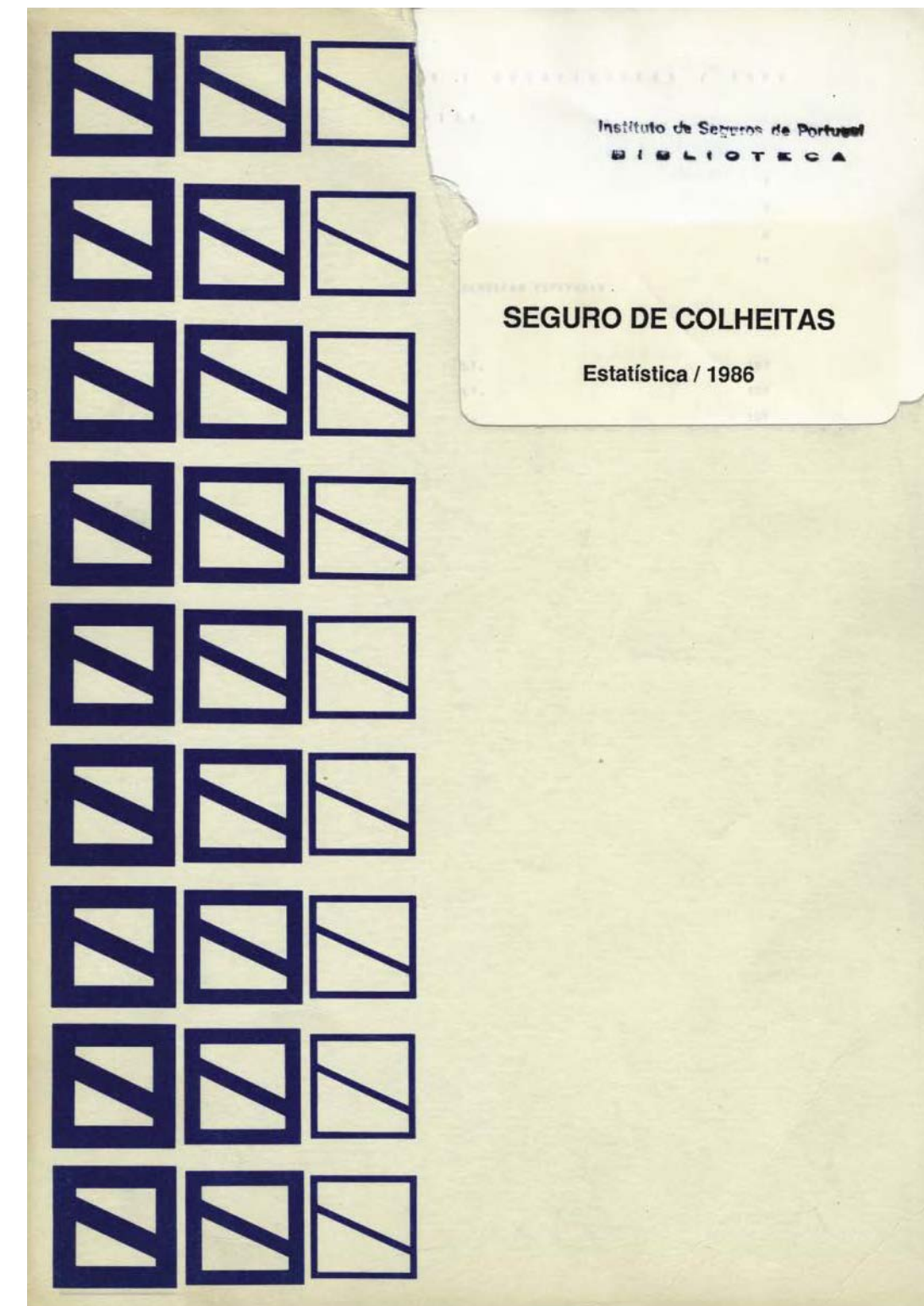
Desde o exercício de 1985 que os **balanços e as contas de ganhos e perdas** vinham sendo divulgados em brochura própria. Após a reformulação do plano de publicações do ISP, iniciado em 1996, no sentido de restabelecer a edição dos *Elementos Estatísticos I: Actividade Seguradora em Portugal*, que havia sido interrompida em 1995, surge a brochura intitulada *Balanços e contas de ganhos e perdas*, a qual se encontrava apenas disponível para consulta, não tendo sido objeto de divulgação externa.

Sem prejuízo da obrigatoriedade de publicação das contas, ao abrigo da legislação vigente, pretendia-se divulgar anualmente, em brochura única, o balanço e as contas de ganhos e perdas, individualmente e agregadas por forma jurídica, das empresas de seguros sob o controle do ISP, não sendo considerados o balanço e os ganhos e perdas das sucursais de empresas de seguros estrangeiras a operar no mercado português com sede em território da União Europeia.



Seguro de colheitas

Foram publicados, entre 1986 e 1989, os dados relativos ao seguro de colheitas em Portugal, numa brochura própria. Esta publicação, elaborada anualmente, apresentava as **estatísticas organizadas por produção / sinistros**, exibindo as culturas por distrito e por concelho. Para além destes dados, mostrava ainda a sinistralidade por classes de valores de colheitas esperadas, por dezenas de ocorrências, por trimestres de ocorrências e por totais de ocorrências.

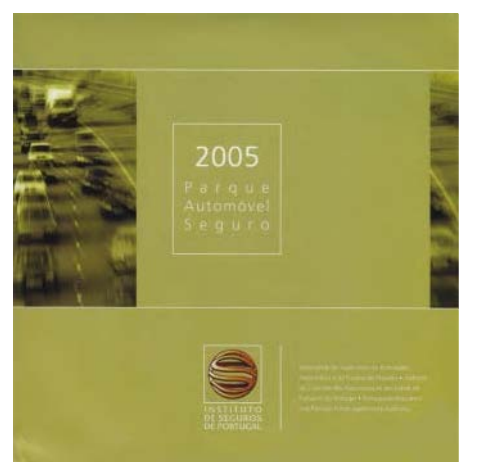
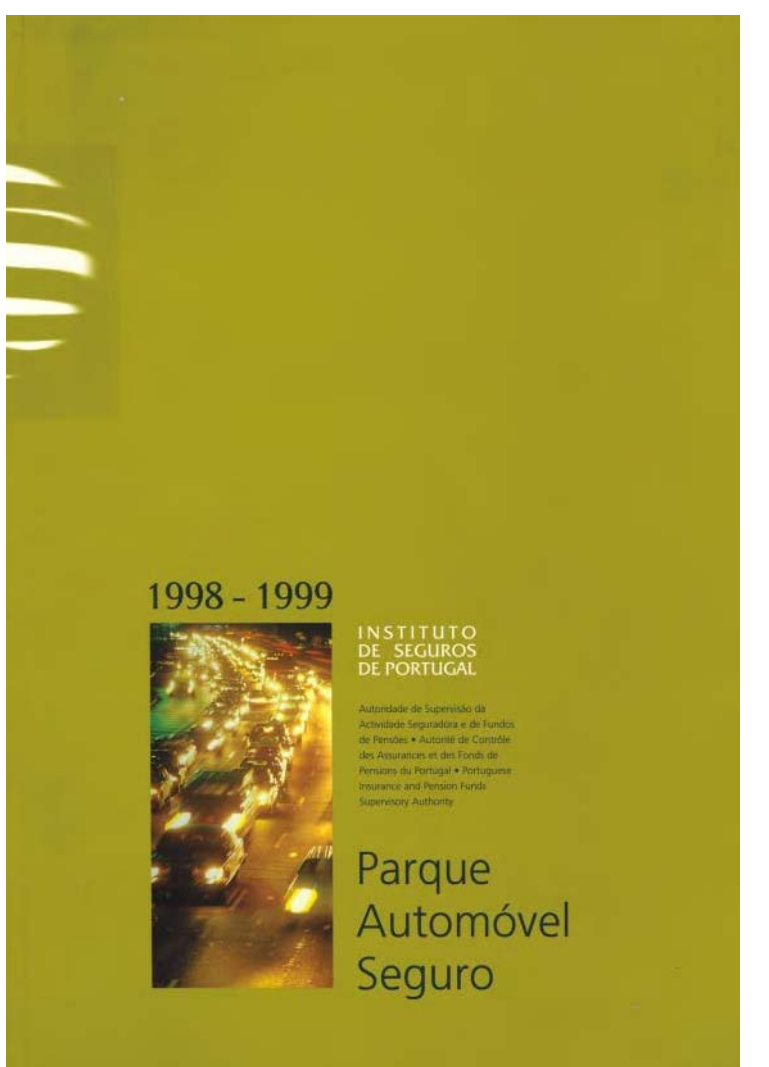
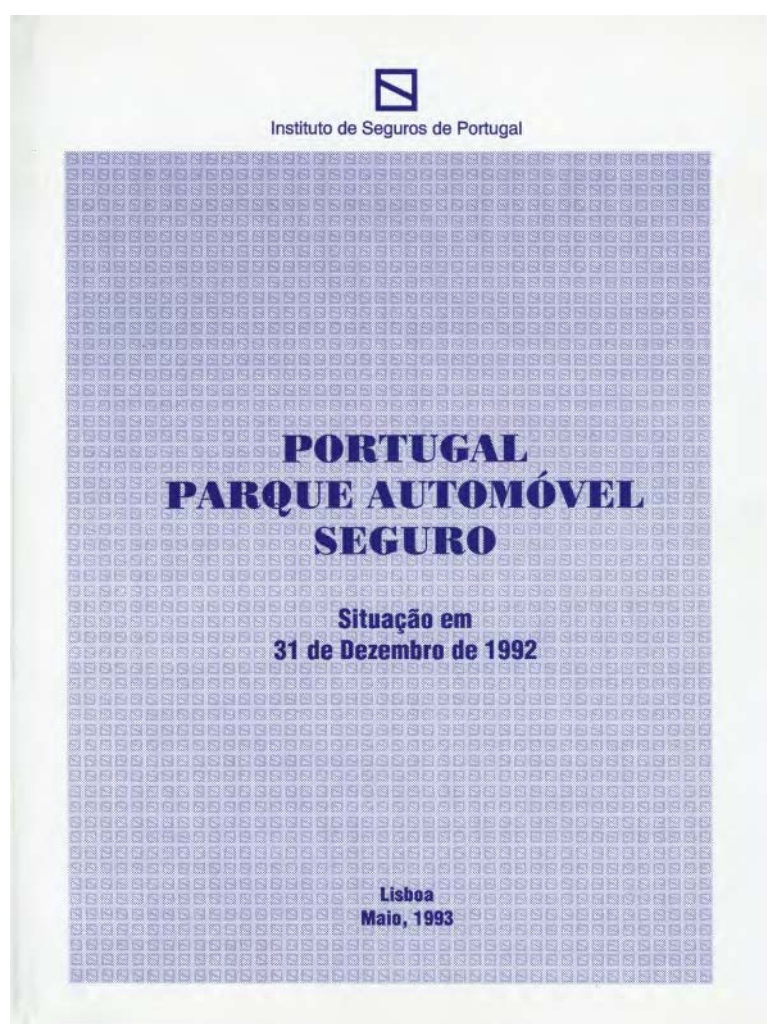
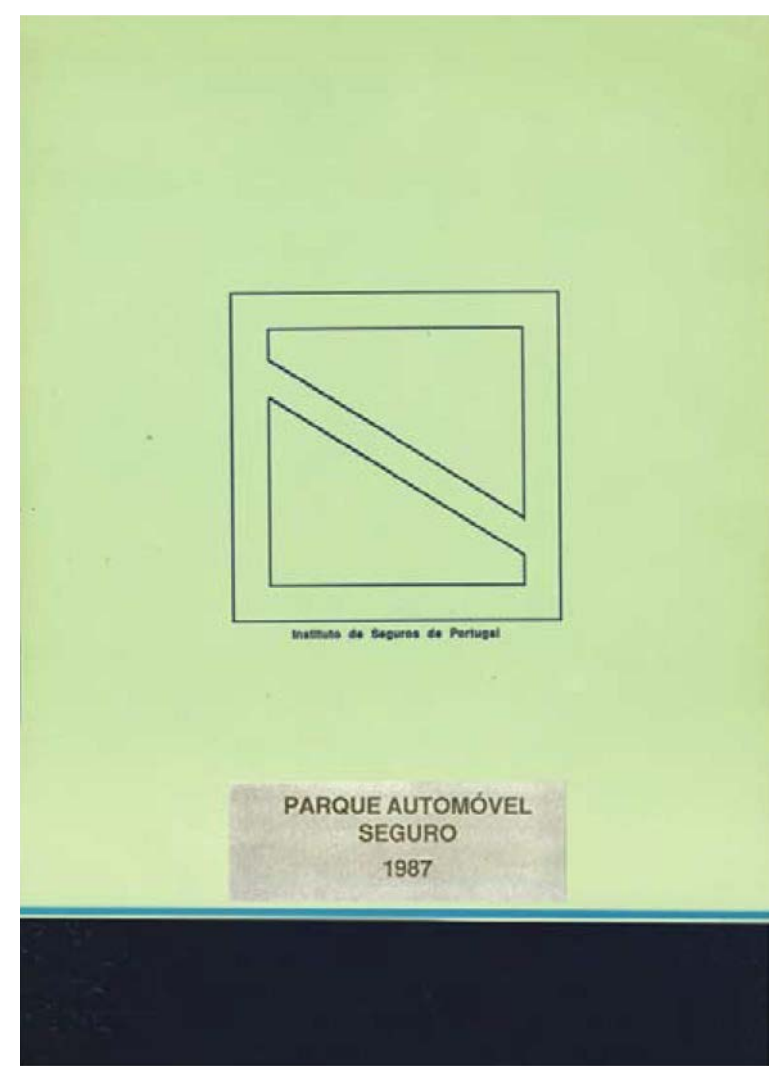


Parque automóvel seguro

Esta publicação surgiu com o objetivo de divulgar as estatísticas do parque automóvel seguro, em função da **categoria dos veículos e da sua distribuição por distrito e concelho** habitual de circulação ou, na sua ausência, do concelho de residência do segurado.

Os primeiros dados publicados diziam respeito a 1987 e o universo estatístico abrangia as empresas de seguros (sociedades anónimas e sucursais de empresas estrangeiras) que exploravam o ramo automóvel, sendo a recolha dos dados feita com referência a 31 de dezembro de cada ano. A partir de 1991 a recolha é feita sob a forma de suporte informático e de acordo com a instrução informática 14, de março de 1991, do ISP.

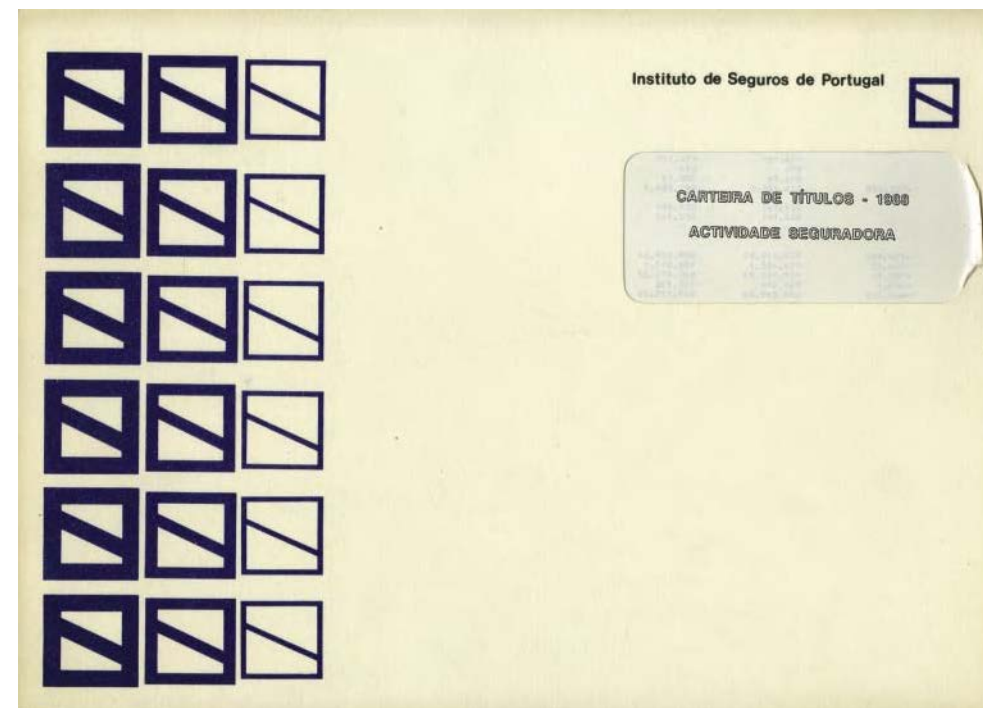
Os dados referentes aos anos de 2000-2001 foram publicados em formato eletrónico, acessíveis a partir da página do ISP na Internet, continuando a partir de então a adotar este tipo de formato.



Carteira de títulos: actividade seguradora

Elaborada pela primeira vez em 1988, esta publicação apresentava os **ficheiros de títulos**, indicando as espécies e quantidades em poder das empresas de seguros.

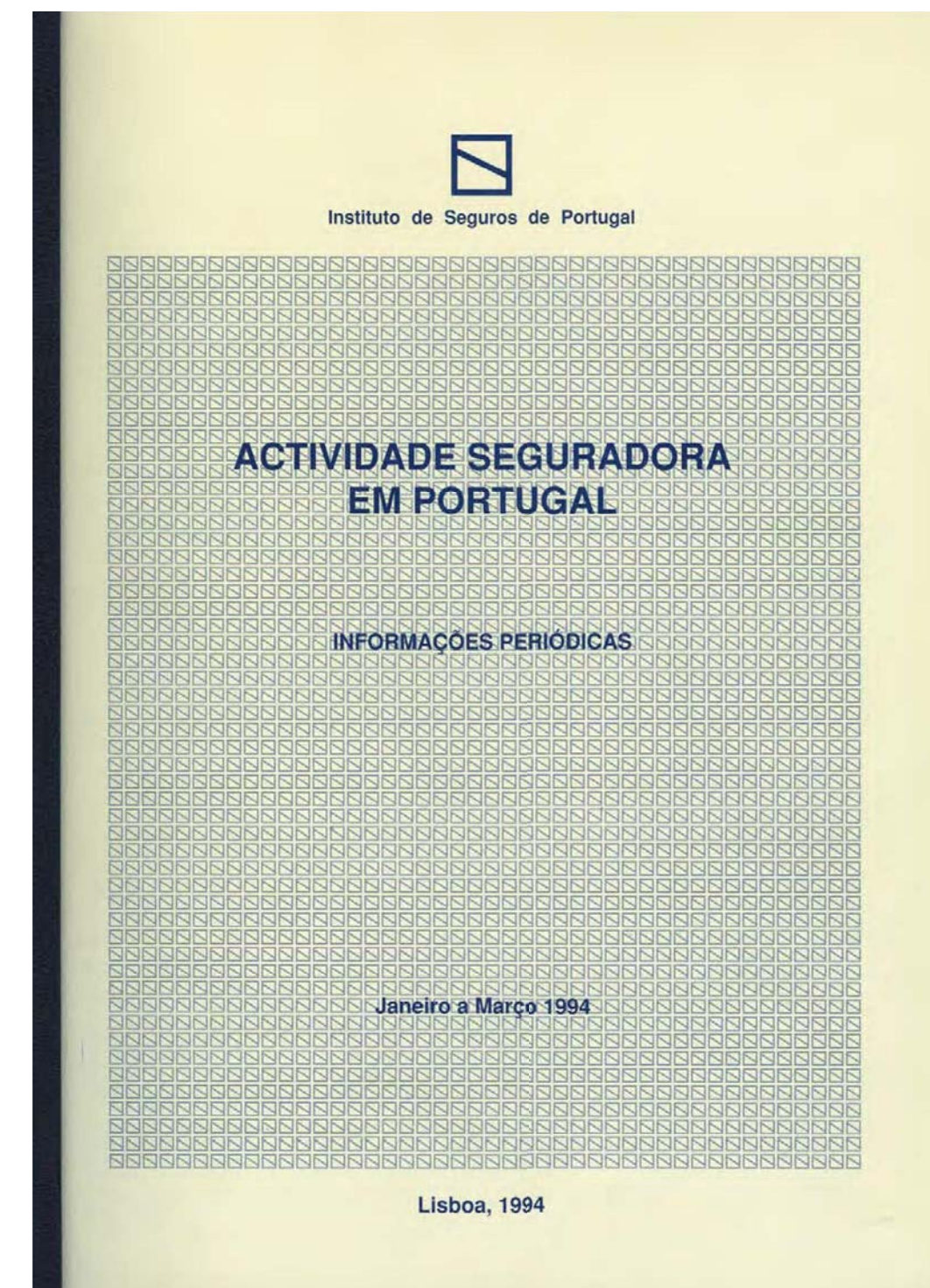
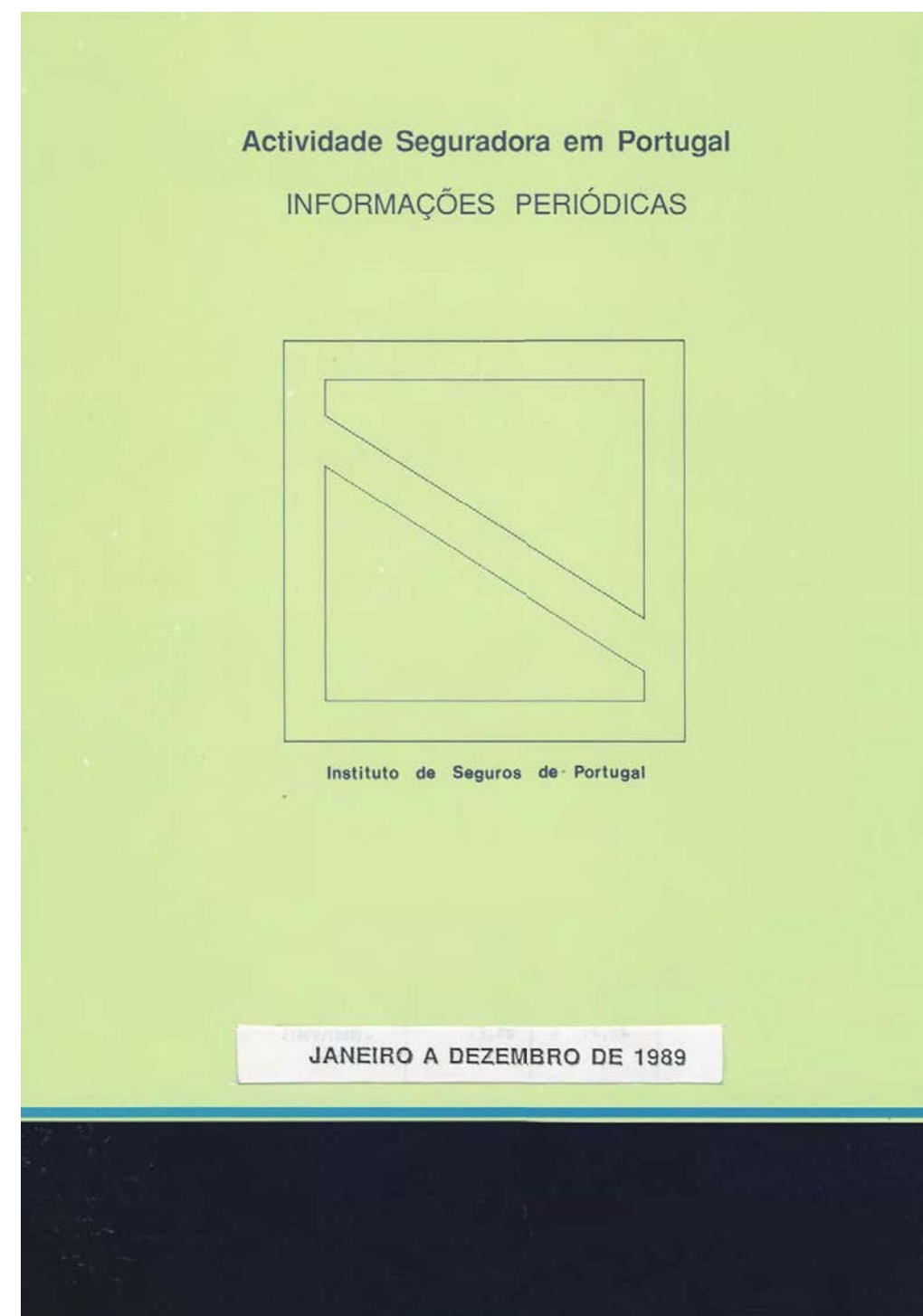
Esta brochura anual era distribuída pelas seguradoras, tendo sido interrompida em 1996 (com dados referentes ao ano de 1994), uma vez que nessa data, no âmbito de ficheiros de títulos da actividade seguradora foi reformulada a codificação adotada no referido ficheiro, passando a assumir uma tipologia consentânea com a Bolsa de Valores de Lisboa (Código SIIB).



Informações periódicas

Estes elementos estatísticos, publicados trimestralmente e distribuídos pelas seguradoras, apresentavam os **indicadores do conjunto da atividade**, das sociedades anónimas de direito português, das mútuas e das agências gerais estrangeiras da União Europeia e fora da União Europeia e ainda o valor total por ramos.

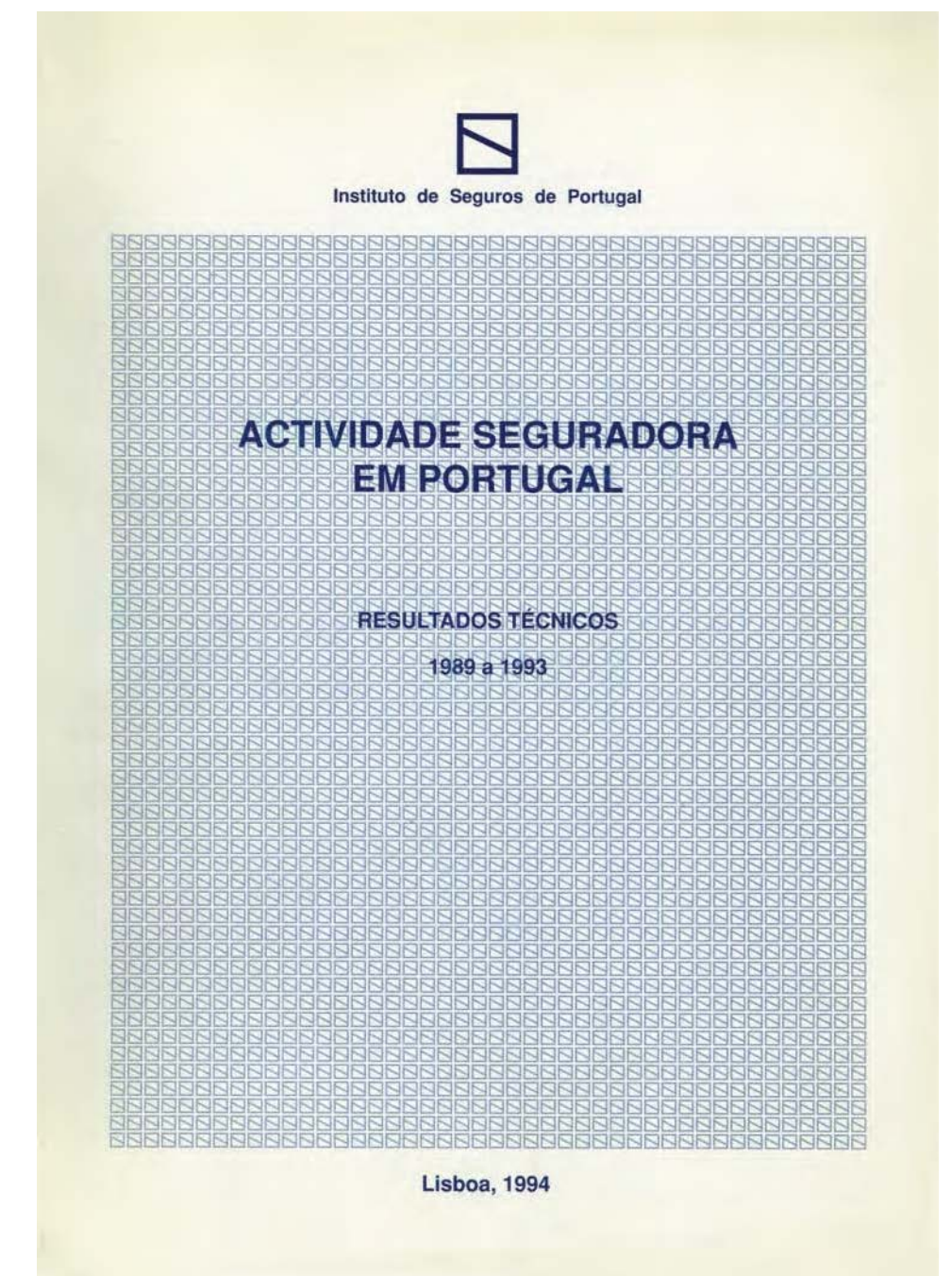
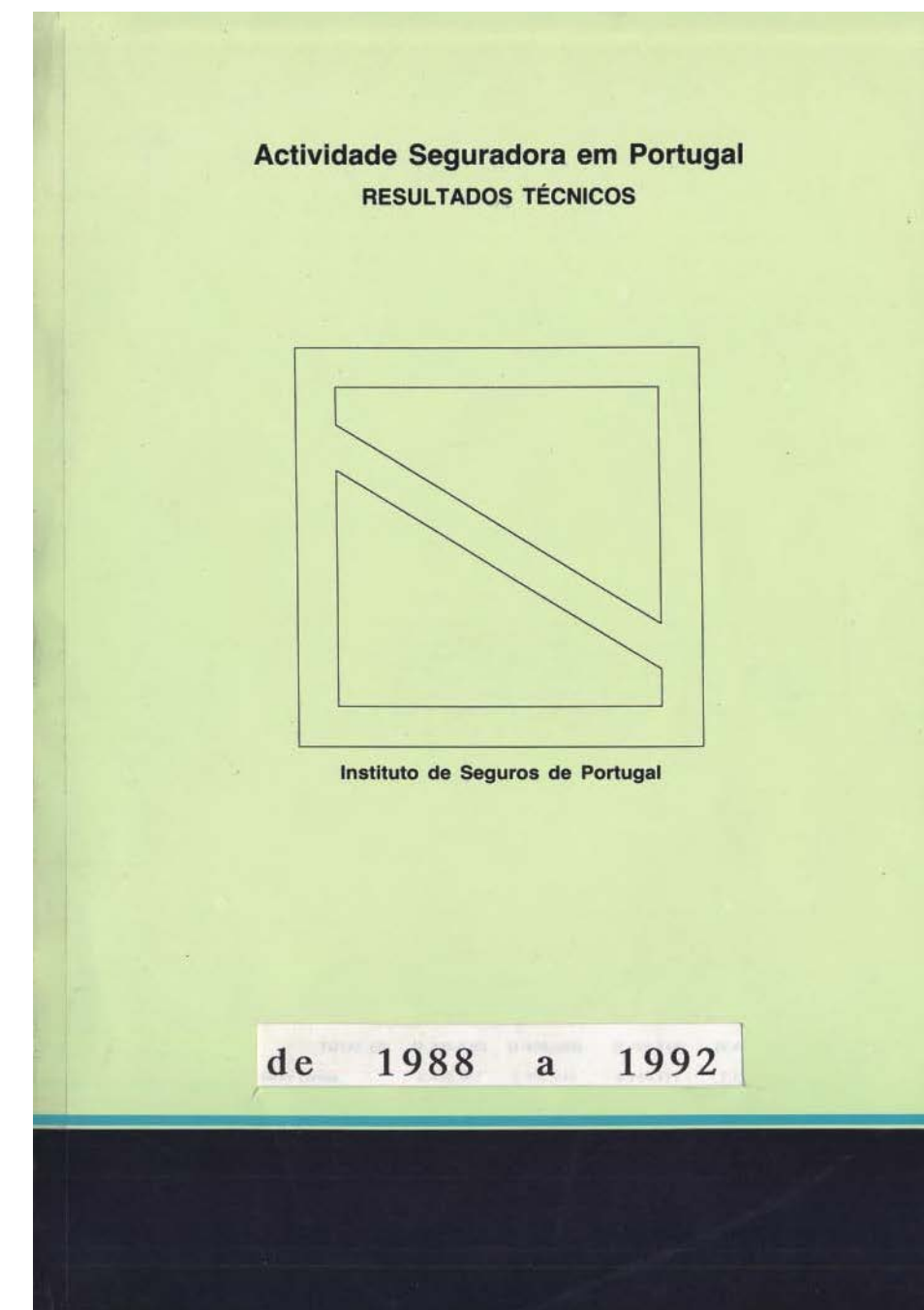
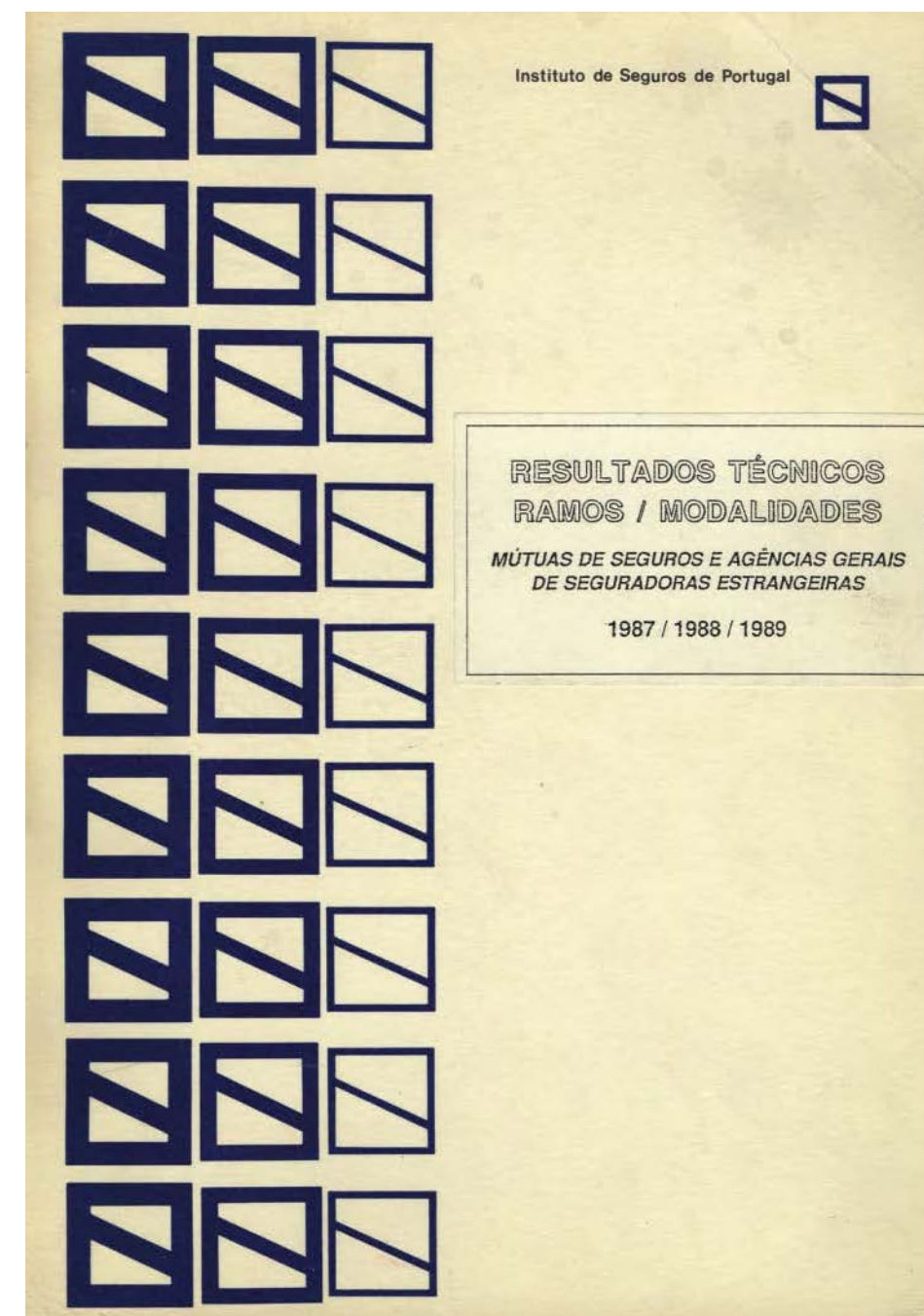
Teve início em 1989 e terminou em 1995, com informação relativa aos três primeiros trimestres de 1994.



Resultados técnicos

Em 1990 deu-se início à **publicação dos resultados técnicos** relativos aos anos de 1987-1989 do conjunto da atividade de seguros, bem como das sociedades anónimas de seguras sedeadas em Portugal, das mútuas de seguros, das agências gerais de seguradoras estrangeiras comunitárias e não comunitárias.

Esta publicação tinha como preocupação **dar a conhecer às seguradoras os resultados do conjunto em que se inseriam**, para que as mesmas tivessem conhecimento da sua posição relativa. Deixou de ser publicada, desta forma, no ano de 1994 (apresentando os dados referentes aos anos de 1989-1993), sendo os mesmos incorporados na publicação *Estatística Seguros*.



Lista de mediadores de seguros

Publicados pela primeira em 1991, estes elementos, que eram distribuídos pelas seguradoras, incluíam a **lista dos agentes e angariadores singulares, dos agentes coletivos e dos corretores**, organizada pelo nome/designação, do domicílio/sede, da localidade e do número do mediador, exibindo no final um índice dos números de mediador.

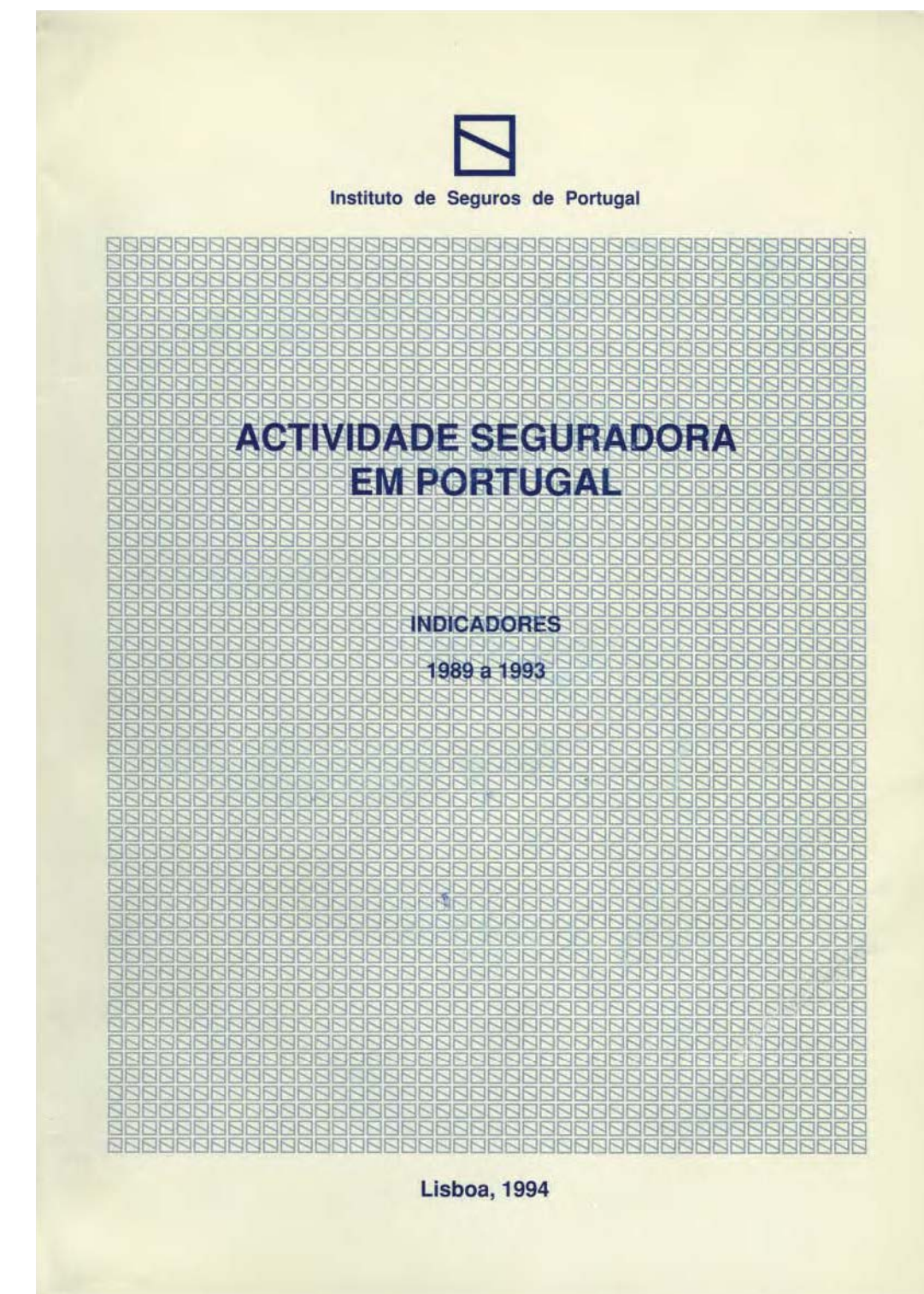
Em 1995 alterou o título para *Mediadores de Seguros Autorizados a Exercer Actividade em Portugal* e no ano seguinte foi interrompida a sua publicação.



Indicadores

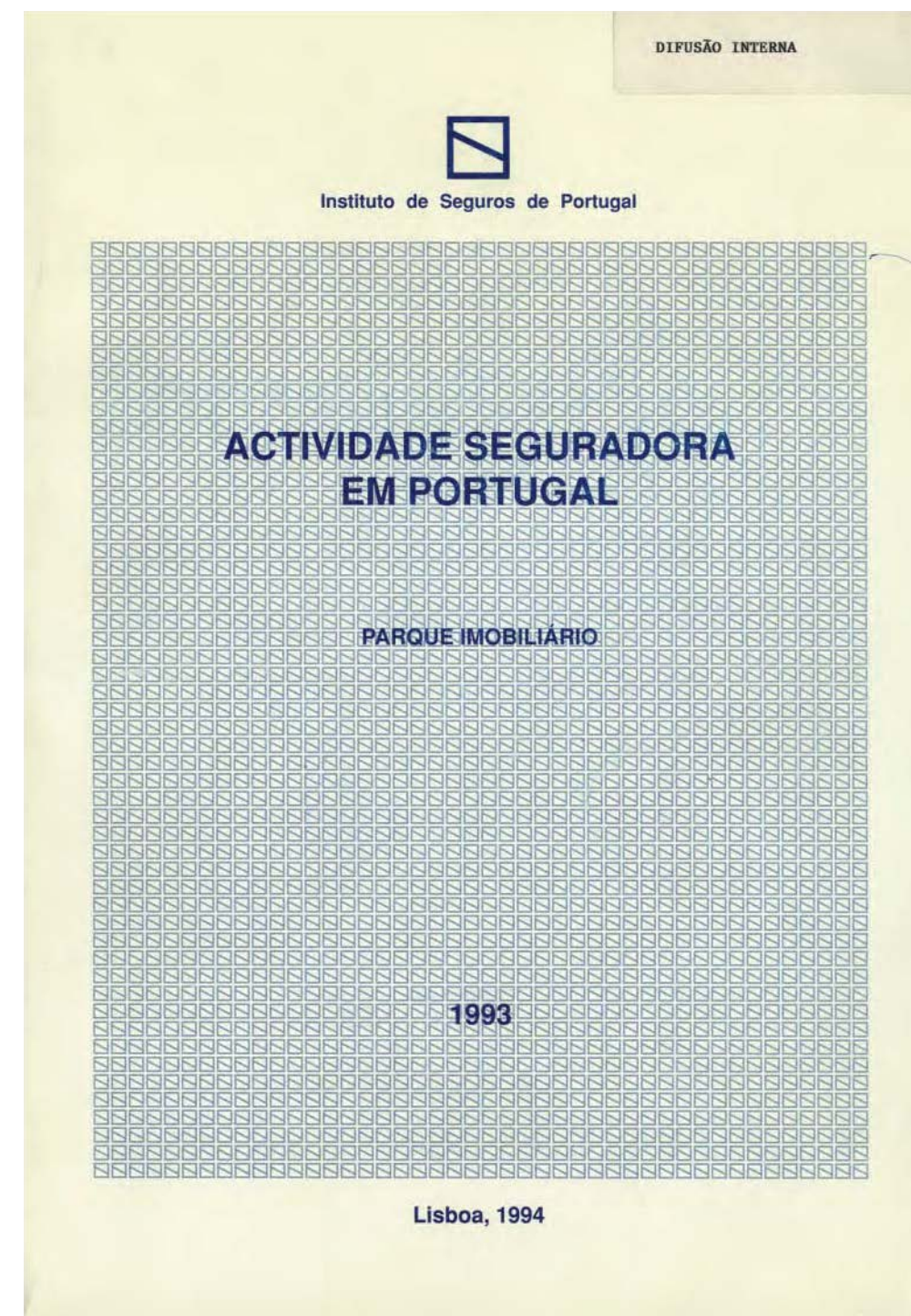
Em 1992 foram publicados os **Indicadores da atividade seguradora** dos anos de 1988-1982, organizados por ramos de seguros. Esta publicação, editada anualmente e distribuída pelas seguradoras, apresentava os indicadores económico-financeiros do conjunto da atividade de seguros, bem como das sociedades anónimas de seguros sedeadas em Portugal, das mútuas de seguros, das agências gerais de seguradoras estrangeiras comunitárias e não comunitárias.

Este tipo de informação deixou de ser publicado, sob esta forma, no ano de 1994 (com dados referentes aos anos de 1989-1993), sendo a mesma incorporada na publicação *Estatística Seguros*.



Parque imobiliário

Publicação anual que apresentava os **investimentos imobiliários realizados pelas empresas de seguros**, por ano de aquisição ou reavaliação. Teve início em 1994, apresentando os dados referentes ao ano de 1993 e terminou em 2000, com informação relativa ao ano de 1999.



Pessoal da atividade

Editada anualmente e distribuída pelas seguradoras, esta publicação apresentava os **dados estatísticos sobre o conjunto dos trabalhadores do setor segurador em Portugal**. Conheceu a sua primeira edição em 1996 (referente aos dados a 31 de março de 1995), em formato impresso.

Em 2003 assumiu o formato eletrónico, encontrando-se, a partir de então, disponível no sítio do ISP na Internet, exibindo os seguintes elementos:

- tabela salarial;
- número de trabalhadores e massa salarial;
- concentração por classes de valores;
- valor e número de trabalhadores com suplementos;
- estrutura etária;
- idades e antiguidades médias;
- número de trabalhadores e massa salarial - pré-reforma;
- valor e número de trabalhadores com antiguidades/margens livres - suplementos;

- admissões e promoções;
- trabalhadores no ativo a contrato sem termo, a termo certo e a termo incerto;
- idades e número de homens/mulheres;
- e trabalhadores pré-reformados, reformados por invalidez e reformados por velhice.



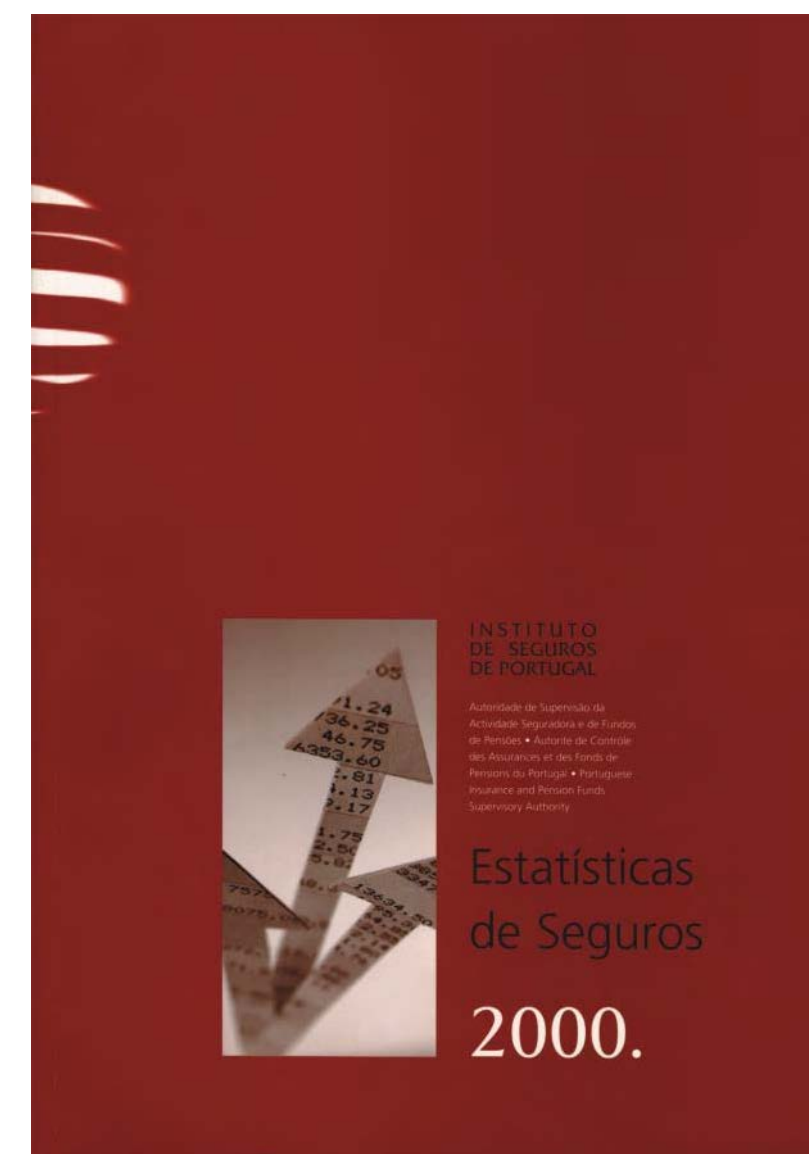
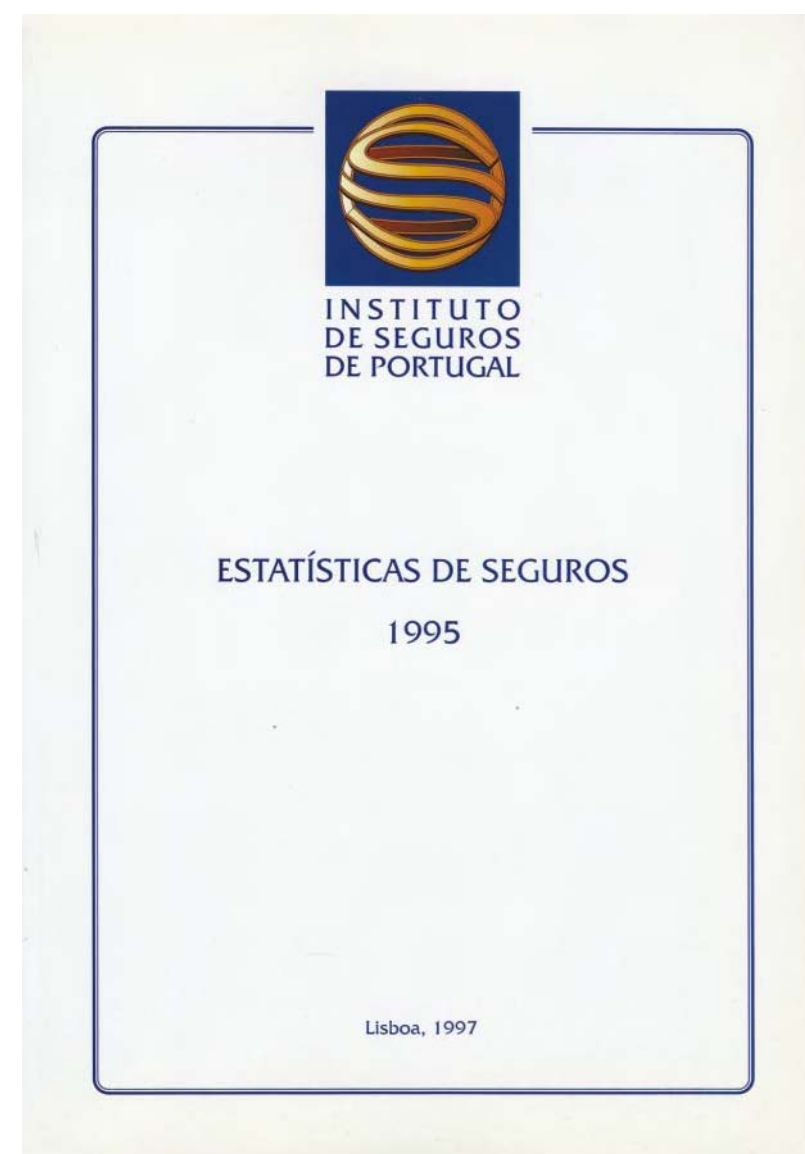
Estatísticas de seguros

Publicada pela primeira vez em 1997 (com informação relativa ao ano de 1995), as **Estatísticas de Seguros** resultaram do processo de reformulação das publicações do ISP, iniciado em 1996, na sequência do novo plano estatístico, resultante do recente enquadramento legal e da evolução tecnológica, no que diz respeito aos sistemas de recolha de informação.

Esta publicação tinha como objetivo apresentar os dados estatísticos e contabilísticos da atividade seguradora em Portugal, sob supervisão do ISP, substituindo a publicação *Elementos Estatísticos I: Actividade Seguradora em Portugal*.

Editada anualmente, esta publicação adotou uma **estrutura ajustada ao novo Plano de Contas das Seguradoras**, exibindo os seguintes elementos: síntese da atividade, mercado segurador, contas anuais, prémios, custos e provisões técnicas, ramo vida, acidentes de trabalho, automóvel, outros ramos, investimentos, margem de solvência, resseguro e indicadores.

Em 2002, por permitir uma mais ampla divulgação e um mais fácil acesso e consulta, estes elementos ficaram disponíveis em formato eletrónico no sítio do ISP na Internet.



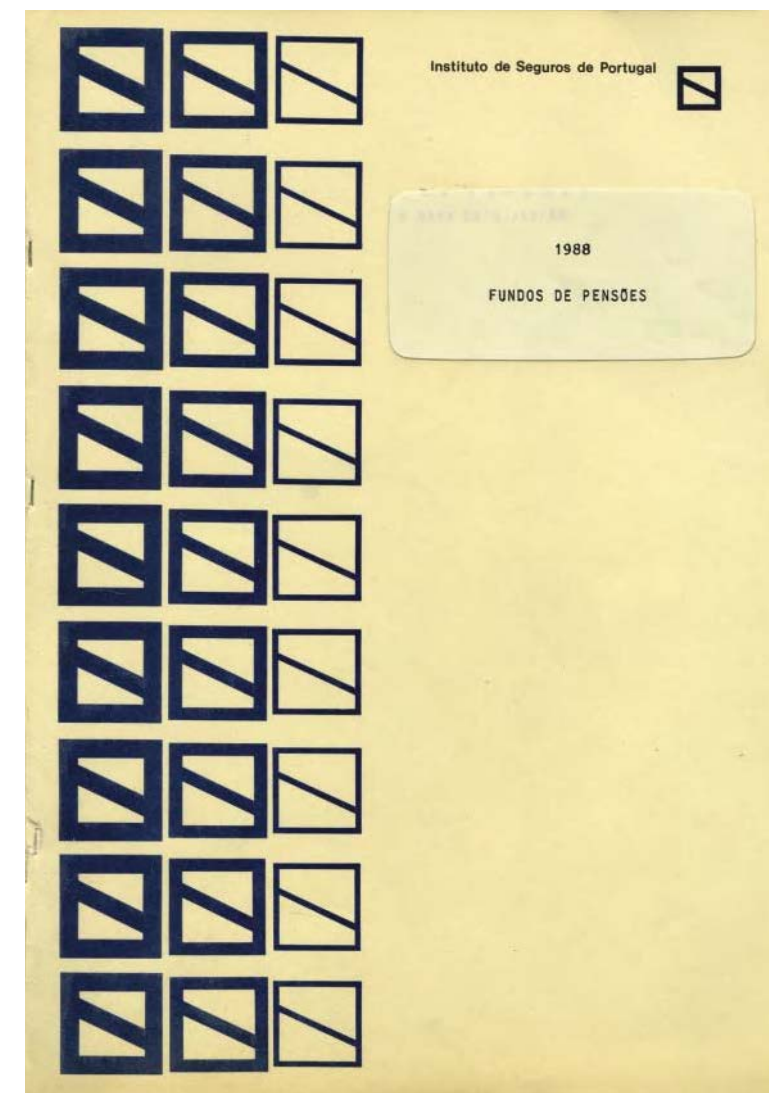
Estatísticas de Fundos de Pensões

Data de 1988 a primeira publicação do ISP com os **dados estatísticos e contabilísticos dos fundos de pensões em Portugal**. Estes dados anuais e trimestrais continuaram a ser apresentados nos anos que se seguiram.

Em 1997 dá-se início ao *Boletim de Fundos de Pensões*, resultado do processo de reformulação do plano de publicações do ISP, iniciado em 1996, na sequência do novo plano estatístico, resultante do recente enquadramento legal e da evolução tecnológica, no que diz respeito aos sistemas de recolha de informação. Em 2002 conheceu nova alteração de denominação, desta vez para *Estatísticas de Fundos de Pensões*.

Em termos de conteúdos, esta publicação anual exhibe elementos sobre: informação geral sobre os fundos, distribuição dos fundos de pensões segundo escalões de montantes geridos e segundo o setor de atividade, participantes, planos de pensões, benefícios/beneficiários, composição dos ativos dos fundos e contas anuais por sociedade gestora.

Por permitir uma mais ampla divulgação e um mais fácil acesso e consulta, a partir de 2001, esta informação começa a ser disponibilizada no sítio do ISP na Internet.



Relatório e contas

Os relatórios de **atividades e as contas do ISP**, incluindo o Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), foram publicados, até 1996, no *Boletim de Seguros*, passando em 1997 a ser editados em brochura própria.

A partir de 2004 (com dados referentes a ano de 2003), deixou esta publicação de ser editada em formato papel, passando exclusivamente para formato eletrónico, disponível no sítio do ISP na Internet.



Fórum: Revista Semestral do ISP

Em 1997 foi publicado o primeiro número da *Revista do ISP* com o objetivo divulgar questões de interesse para os profissionais do setor financeiro, em particular para aqueles que mais diretamente se relacionam com a atividade seguradora e de fundos de pensões, incluindo um conjunto de **artigos e documentos de trabalho**, bem como uma recolha de **informação estatística e legislação**.

A partir do n.º 11 (de agosto de 2000), esta publicação surge com um novo aspeto gráfico e renomeada *Fórum: Revista Semestral do Instituto de Seguros de Portugal*, aspirando atingir novos públicos, para além dos que já vinha cobrindo desde a sua primeira edição. Para além do seu formato impresso, começa também a estar disponível em formato digital, acessível a partir do sítio do ISP na Internet.



Relatório sobre o setor segurador e fundos de pensões

Esta publicação veio dar continuidade à publicação *Elementos Estatísticos II: Actividade Seguradora em Portugal*, tendo sido publicado, pela primeira vez, no ano de 1999 (respeitante ao exercício de 1997) com o título *Relatório sobre o Sector Segurador*.

No ano seguinte (exercício de 1998) passou a incluir os dados relativos aos Fundos de Pensões, adotando, a partir de então, a designação que tem atualmente: *Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões*.

Este relatório, partindo da análise económica global do País, tinha como finalidade levar ao conhecimento dos interessados um conjunto alargado de **informação financeira e estatística agregada ao nível do mercado do setor nacional** dos seguros, bem como analisar de forma exaustiva e profunda a evolução do setor.

A partir de 2004 (com dados referentes ao exercício de 2003) abandonou o formato impresso, passando a estar disponível apenas em versão eletrónica. Atualmente encontra-se estruturado da seguinte forma: enquadramento macroeconómico, seguros, mediação, resseguro, fundos de pensões, investimento das empresas de seguros e dos fundos de pensões, PPR e PPA e enquadramento jurídico da atividade seguradora e dos fundos de pensões.



Newsletter

Em 2008 iniciou-se a publicação de uma *Newsletter*, com periodicidade trimestral, dedicada à apresentação da atividade desenvolvida pelo ISP no âmbito da **política regulatória**. Procurava-se efetuar uma resenha dos últimos desenvolvimentos em matéria regulatória na área dos seguros e dos fundos de pensões, dando primazia aos temas com maior impacto no mercado e nos consumidores a nível nacional, sem deixar de abordar os aspetos mais relevantes que se perspetivam na regulação destes setores a nível internacional.

Esta publicação, distribuída em formato eletrónico, inseria-se na política do ISP, consubstanciada no seu Plano estratégico, e refletia a importância crescente para a regulação da comunicação aberta e transparente com os diferentes intervenientes no mercado.



Relatório de regulação e supervisão da conduta de mercado

Em 2009 deu-se início à edição de um relatório que apresenta as principais ações de supervisão da **conduta de mercado** realizadas pelo ISP, envolvendo empresas de seguros, mediadores e sociedades gestoras de fundos de pensões.

Esta publicação anual, procura atingir dois objetivos centrais: disponibilizar informação de referência às entidades supervisionadas e aos consumidores e dispor de um instrumento de avaliação da evolução do setor segurador e dos fundos de pensões, no domínio da conduta do mercado.



Relatório de evolução dos fundos de pensões

Publicação em formato eletrónico que procura realizar uma análise trimestral e semestral da evolução dos fundos de pensões sob supervisão do ISP. Com início no ano de 2009, apresenta os **resultados da evolução dos fundos de pensões**, composição das carteiras e evolução dos riscos de taxa de juro, crédito e preço.



RELATÓRIO DE EVOLUÇÃO
DOS FUNDOS DE PENSÕES

3º Trimestre
2009

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

SUMÁRIO

Nos primeiros nove meses de 2009, os fundos de pensões registaram um aumento, quer em número de fundos geridos quer no montante global dos mesmos.

O valor dos benefícios pagos pelos fundos de pensões apresentou um crescimento de cerca de 2%, atingindo os 838 milhões de euros, enquanto que o montante das contribuições, cerca de 390 milhões de euros, se revelou como o mais baixo dos últimos anos.

A evolução dos montantes geridos reflectiu a recuperação dos mercados de capitais, sobretudo desde Março de 2009, considerando o importante peso dos investimentos em acções e fundos de investimento mobiliário. No final de Setembro o montante global sob gestão atingia os 21,5 mil milhões de euros, um acréscimo de 6,3% face ao final de 2008.

De referir que os investimentos efectuados pelos fundos de pensões apresentam uma maturidade média elevada, cerca de 9 anos, pelo que a sua evolução foi positivamente influenciada pelo decréscimo das *yields to maturity* ocorrido neste período.

A conjugação destes factores reflectiu-se na rentabilidade dos fundos de pensões, que registou valores acima dos 7%.

1. Evolução dos fundos de pensões

Até ao final de Setembro de 2009 constituíram-se cinco novos fundos de pensões abertos, sendo que três deles apenas admitem adesões colectivas, um admite também adesões individuais e o restante, por se tratar de um PPR, apenas admite adesões individuais. Verificou-se ainda, no mesmo período, a extinção de dois fundos de pensões fechados, um dos quais por transferência para uma adesão colectiva a um fundo de pensões aberto já existente.

De igual modo, registou-se a constituição de vinte e nove novas adesões colectivas (distribuídas por catorze fundos) e a extinção de cinco, das quais duas foram liquidadas, duas foram transferidas para outras adesões já existentes e uma foi transferida para um fundo de pensões fechado. No que diz respeito aos fundos PPA não se registaram alterações face a Dezembro de 2008, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Fundos de Pensões	Dez-08	Set-09
Total	230	233
Fundos Fechados	168	166
Fundos Abertos	62	67
PPR	22	23
PPA	4	4
Outros Abertos	36	40

A repartição do montante total dos fundos de pensões tem sido constante ao longo dos trimestres, sendo que uma parte significativa dos "outros abertos" diz respeito a adesões colectivas.

Relatório de evolução da atividade seguradora

Publicação em formato eletrónico que procura realizar uma análise trimestral e semestral da **evolução da atividade seguradora** sob supervisão do ISP. Com início no ano de 2009, apresenta os resultados da produção e custos com sinistros, das provisões técnicas e ativos representativos, resultados e margem de solvência.



RELATÓRIO DE EVOLUÇÃO
DA ATIVIDADE SEGURADORA

1.º Trimestre
2012

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

SUMÁRIO

No primeiro trimestre de 2012 a produção de seguro direto, relativa à atividade em Portugal, das empresas de seguros sob a supervisão do ISP observou-se, em termos globais, uma quebra de 11,5% face ao trimestre homólogo de 2011.

No período em referência, os custos com sinistros de seguro direto apresentaram uma diminuição de 6,5%, explicada pelo ramo Vida. Nos ramos Não Vida assistiu-se a um ligeiro aumento desta rubrica de menos de 0,5%.

Durante o primeiro trimestre de 2012 verificou-se um pequeno incremento do valor das carteiras de investimento das empresas de seguros de 0,4%.

O rácio de cobertura das provisões técnicas nos ramos Vida e Não Vida foram de 103,2% e 111,2%, respetivamente, valores superiores aos observados em dezembro de 2011.

Os resultados líquidos apurados neste período atingiram o valor de 56 milhões de euros.

A taxa de cobertura da margem de solvência das empresas supervisionadas pelo ISP situou-se, em março de 2012, na ordem dos 208%.

I. Produção e custos com sinistros

1. Análise global

Em termos globais verificou-se uma quebra significativa ao nível da produção de seguro direto. De facto, esta apresentou uma diminuição na ordem dos 11,5% face ao trimestre homólogo de 2011, situando-se em cerca de 2,7 mil milhões de euros. Tal situação deveu-se à produção observada, quer no ramo Vida, cujo decréscimo ultrapassou os 15%, quer nos ramos Não Vida, embora de forma menos acentuada (-3%), conforme se constata no quadro abaixo.

Produção de seguro direto em Portugal	Valores em 10 ⁶ Euro		
	Mar-10	Mar-11	Mar-12
Total	4 292 454	3 013 649	2 667 914
Ramo Vida	3 281 672	1 997 354	1 682 366
Ramos Não Vida	1 010 782	1 016 295	985 548

A evolução registada no ramo Vida conduziu a uma redução do seu peso no total da carteira de 3 pontos percentuais face ao trimestre homólogo do ano anterior.

Estrutura da carteira (1.º trimestre de 2012)

